

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

### **Aos Senhores Acionistas,**

A Administração da HIDROPAN Distribuição de Energia S.A. submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acrescidas do Balanço Social. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório elaborado pelos Auditores Independentes. Esses demonstrativos refletem os atos e operações da empresa, bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. Toda a documentação relativa a prestação de contas se encontram a disposição dos Senhores Acionistas e estamos à disposição de esclarecimentos adicionais.

### **PERFIL**

A HIDROPAN é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Panambi e Condor, localizados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para atender a demanda de 18.296 unidades consumidoras em uma área de concessão de 151 km<sup>2</sup>, a HIDROPAN conta com 53 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 546 km de redes de distribuição primária e secundária, uma moderna linha 69kV de 40 km e uma subestação entrada linha de 69kV. Com sede em Panambi - RS, é uma sociedade anônima, de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, sendo uma empresa com formação típica familiar, contando atualmente com 27 acionistas.

### **CONTEXTO SETORIAL**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela HIDROPAN é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo que foi elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

### **Tarifas**

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigido os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base de 22 de julho, deduzido o Fator X. A cada quatro anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quarto ciclo de revisão tarifária periódica da HIDROPAN ocorreu em 22 de julho de 2017, sendo que a próxima ocorrerá em 22 de julho de 2022, denominado de quinto ciclo de revisão tarifária periódica (5CRTP). As metodologias aplicáveis a quinta revisão tarifária periódica das concessionárias é definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 761 de 2017 e nº 775 de 2017.

### **Reajuste Tarifário de 2017**

Em 11 de julho de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.268, a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da HIDROPAN. A Revisão Tarifária de 2017 da HIDROPAN conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 12,85%, sendo de 21,52%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 8,10%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. O efeito médio nas tarifas de 12,85% decorre: (i) do reposicionamento dos itens de custos de Parcela A e B, que contribui para o efeito médio em 9,50%, ao se ter como base de comparação os custos de Parcela A e B atualmente contidos nas tarifas; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual processo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, com efeito de -0,27%; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data da revisão, que contribuíram para a um efeito de 3,62% no atual processo tarifário da HIDROPAN. Desse modo, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, de 12,85%, representa a conjugação dos três movimentos tarifários acima explicitados  $[12,85\% = + (9,50\%) + (-0,27\%) + (3,62\%)]$ . As novas tarifas entraram em vigor em 22 de julho de 2017 e são fixadas e publicadas pela ANEEL sem os impostos, devendo ainda ser acrescidos do PIS, COFINS e ICMS.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

### Comercialização de Energia Elétrica (MWh)

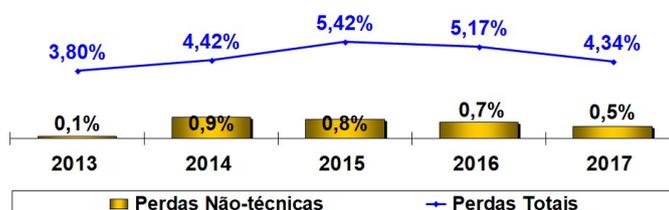
O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2017. A HIDROPAN Distribuição encerrou 2017 com um volume de vendas acumulado (cativo + livre) de 112,32 GWh, crescimento de 8,18% em relação a 2016. Em decorrência, em parte, das migrações de consumidores do mercado cativo, o mercado livre (TUSD) mostrou crescimento de mais de 1.000% no consumo. Em contrapartida, o consumo no mercado cativo (88,03 GWh) registrou queda de 13,72% no ano, fortemente impactado pelas referidas migrações.

O mercado total (cativo + livre) da HIDROPAN Distribuição após dois anos sucessivos de queda no consumo, fortemente impactados pela crise político-econômica e efeitos climáticos atípicos que o país vem enfrentando, apresentou em 2017, mesmo neste contexto, uma relevante retomada. O crescimento de 8,18% teve como principal fator o positivo desempenho da classe industrial.

Energia Requerida - MWh	2017	2016	Taxa de Crescimento %	
			2017/2016	2016/2015
<b>Venda de Energia</b>	<b>88.033</b>	<b>102.037</b>	<b>(13,72)</b>	<b>(3,72)</b>
- Fornecimento	88.033	102.037		
<b>Consumidores Livres/Dist./Ger.</b>	<b>24.288</b>	<b>1.787</b>	<b>1.258,91</b>	<b>100,00</b>
<b>Mercado Atendido</b>	<b>112.321</b>	<b>103.824</b>	<b>8,18</b>	<b>(2,03)</b>
Pernas na Distribuição	5.095	5.658		
Perdas Técnicas	4.483	4.865		
Perdas não Técnicas - PNT	612	792		
PNT / Energia Requerida %	0,5%	0,7%		
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>5.095</b>	<b>5.658</b>		
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>4,34</b>	<b>5,17</b>		
<b>Total</b>	<b>117.416</b>	<b>109.482</b>	<b>7,25</b>	<b>(2,30)</b>

### Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a disponibilidade total de energia e a energia faturada dos clientes pelo total da energia disponibilizada de suprimento e geração. Ao longo dos últimos anos as perdas da HIDROPAN se mantêm estáveis, tendo alcançado um nível satisfatório, considerado baixo em comparação aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A HIDROPAN busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos e melhorias.



### Mercado de Energia Vendida

O consumo total de energia elétrica na área de atuação da HIDROPAN no ano 2017 foi de 112.321 MWh, acréscimo de 8,18% comparado ao consumo de 2016. O crescimento no consumo se deu principalmente pelo bom desempenho da classe industrial (cativo + livre) que cresceu 20,94% em relação a 2016, classe que representa 41,35% do mercado de energia da HIDROPAN. No quadro a seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período:

Mercado Atendido - MWh	2017	2016	Taxa de Crescimento %	
			2017/2016	2016/2015
<b>Energia Faturada</b>	<b>88.033</b>	<b>102.037</b>		
<b>Fornecimento</b>	<b>88.033</b>	<b>102.037</b>	<b>(13,72)</b>	<b>(3,72)</b>
Residencial	34.631	34.288	1,00	3,84
Comercial	17.476	17.503	(0,15)	0,23
Industrial	22.157	36.616	(39,49)	(13,77)
Rural	3.248	3.131	3,74	14,10
Poderes Públicos	2.464	2.520	(2,22)	2,44
Iluminação Pública	5.113	5.016	1,94	1,83
Serviço Público	2.810	2.784	0,92	3,00
Consumo Próprio	134	179	(25,03)	(9,60)
Suprimento p/ agentes de distribuição				
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>24.288</b>	<b>1.787</b>		
Consumidores Livres/Dist./Ger.	24.288	1.787	1.258,91	-
<b>Total</b>	<b>112.321</b>	<b>103.824</b>	<b>8,18</b>	<b>(2,03)</b>

### Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da HIDROPAN em dezembro de 2017 atingiu 18.300 unidades consumidoras, um crescimento de 1,46%, em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 264 unidades consumidoras, destas 240 são residenciais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Classe	2017	2016	Acréscimo	Taxa de Crescimento %	
				2017/2016	2016/2015
<b>Consumidores Cativos</b>	<b>18.296</b>	<b>18.034</b>	<b>262</b>	<b>1,45</b>	<b>1,35</b>
Residencial	16.511	16.271	240	1,48	1,32
Comercial	1.178	1.138	40	3,51	2,34
Industrial	142	163	(21)	(12,88)	(2,40)
Rural	278	274	4	1,46	2,24
Poderes Públicos	155	155	-	-	0,65
Iluminação Pública	9	9	-	-	-
Serviço Público	20	18	2	11,11	-
Consumo Próprio	3	6	(3)	(50,00)	-
<b>Consumidores Livres</b>					
Industrial	4	2	2	100,00	-
<b>Total</b>	<b>18.300</b>	<b>18.036</b>	<b>264</b>	<b>1,46</b>	<b>1,37</b>

### Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST que além da metodologia de cálculo determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia e seu restabelecimento, o qual registrou 49 minutos em 2017. A evolução destes desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2017	2016	2015	2014	2013	ANEEL
DEC (horas)	7,23	7,61	5,96	6,73	5,38	15,00
FEC (nº vezes)	9,20	8,74	8,7	10,14	11,03	12,60
TMA (minutos)	49	43	42	45	39	

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

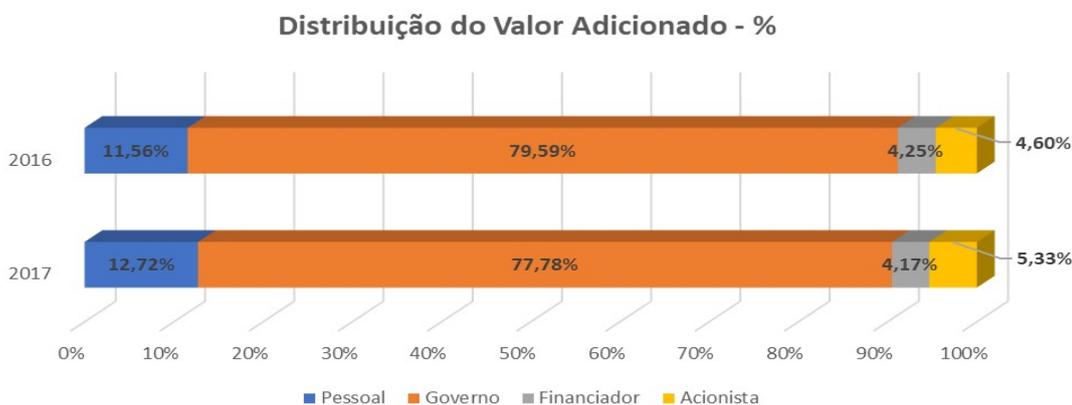
Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 2.165 mil, que em 2016 foi de R\$ 1.913 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 36.340 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 35.609 mil. Variação de 4,48% na Receita Operacional Líquida. Os custos operacionais totalizaram em 2017, R\$ 32.623 mil, 0,38% maior do que em relação a 2016. A sensível e leve variação apresentada nos custos operacionais tem relação com os custos na compra e transporte de energia, custos estes que representaram 63,84% dos custos totais e que variaram no período apenas 0,31%.

### Ebitda

O EBITDA, Lucro do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 4.901 mil em 2017 e R\$ 4.238 mil em 2016, um crescimento de 15,64%, desempenho que tem como principal fator a manutenção dos custos operacionais em 2017 nos mesmos montantes do ano anterior.

### Valor Adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Empresa foi de R\$ 39.955 mil, representando 60,32% da Receita Operacional Bruta, já em 2016 foi de R\$ 40.490 mil e representava 60,27%. Apresentamos a seguir a distribuição do valor adicionado (DVA):



### Investimentos

#### Infraestrutura da Concessão

A aquisição de bens vinculados a concessão e outros ativos em 2017 totalizaram R\$ 1.728 mil, sendo que R\$ 1.617 mil investidos em linhas e redes de distribuição de energia elétrica. Essas obras de distribuição têm como principal objetivo a busca pela melhoria na confiabilidade do sistema, melhoria nos níveis de tensão e redução de indicadores de continuidade. Apresentamos a seguir os investimentos realizados em 2017 e a origem dos recursos para viabilizar o programa de investimentos:

Investimentos (R\$ Mil)	2017	2016	Taxa de Crescimento %	
			2017/2016	2016/2015
Transformador de Distribuição	154	261	(41,10)	34,53
Medidor	223	420	(46,92)	77,26
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	303	434	(30,22)	13,92
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	938	755	24,13	61,79
Demais Máquinas e Equipamentos	103	73	41,05	524,39
Intangíveis	8	17	(53,11)	(75,61)
<b>Investimento Total</b>	<b>1.728</b>	<b>1.961</b>	<b>(11,87)</b>	<b>42,10</b>
(-) Contribuição do Consumidor	-431	-238	81,52	(5,42)
<b>Recursos Próprios</b>	<b>1.297</b>	<b>1.723</b>	<b>(24,75)</b>	<b>52,68</b>

### Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, e a quota de depreciação regulatória fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.268, de 11/07/2017. Em 2017, por ocasião da revisão tarifária periódica, esta parcela do investimento foi assim formada:

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	45.018.483
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	6.929.087
(4) Bens Totalmente Depreciados	5.072.509
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>33.016.886</b>
(6) Depreciação Acumulada	16.152.608
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	28.865.874
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	28.865.874
(10) Almojarifado em Operação	65.807
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	5.758.297
(13) Terrenos e Servidões	2.199.274
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>25.372.659</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,76%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	1.241.435
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	120.648
<b>(20) Remuneração do Capital</b>	<b>3.231.336</b>

### Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com a legislação setorial a HIDROPAN destina 1% da sua receita líquida operacional (ROL), para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte para melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

### Serviços de Auditoria Independente

A HIDROPAN conta com os serviços de auditoria externa da Aucon Auditores & Consultores Associados para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Prezamos pela independência profissional dos auditores na contratação de seus serviços, portanto, no exercício de 2017 não contratamos junto aos Auditores Independentes qualquer serviço de consultoria de forma a assegurar que não ocorra possibilidade de conflito de interesse.

### Mensagem de Agradecimento

Há 91 anos a HIDROPAN está ao lado da comunidade de maneira atuante e não como uma simples espectadora. Desde o início de sua história, assumiu o compromisso com seus acionistas, colaboradores, parceiros e clientes, a fim de fomentar o desenvolvimento.

A empresa cresceu e se transformou. Com o desafio de se tornar moderna e trazer resultados, veio o compromisso de ser sustentável. Enfrentou todos os desafios com dedicação, ética e responsabilidade.

Hoje, é uma marca que nos orgulha e nos enche de esperança de um futuro promissor.

Distribuir energia elétrica de forma sustentável, nos municípios de Panambi e Condor, com qualidade e eficiência, é a nossa política de qualidade e continuidade.

E tudo isto só foi possível através da união de todos. Portanto, agradecemos o empenho de toda a família HIDROPAN.

A Administração



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>em unidades</u>	<u>em unidades</u>
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>		
<b>Empregados no final do período</b>	<b>53</b>	<b>56</b>
<b>Escolaridade dos empregados:</b>		
Superior e extensão universitária	19	17
Segundo grau	25	29
Primeiro grau	7	7
Primário	2	3
<b>Faixa etária dos empregados:</b>		
Abaixo de 30 anos	18	26
De 30 até 45 anos (exclusive)	23	18
Acima de 45 anos	12	12
<b>Admissões durante o período</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
% cargos de chefia ocupados por mulheres em relação nº total mulheres	0	0
% cargos de chefia ocupados por mulheres em relação nº total gerentes	0	0
<b>Negros que trabalham na empresa</b>	<b>6</b>	<b>5</b>
<b>Dependentes</b>	<b>70</b>	<b>69</b>
<b>Menor Aprendiz</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Número de ações trabalhistas movidas contra a empresa:</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça:</b>	-	<b>138</b>

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>						
<b>Relação entre o maior e a menor remuneração na empresa</b>			<b>17,80</b>			<b>19,36</b>
<b>Número total de acidentes de trabalho</b>			<b>0</b>			<b>0</b>
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	( ) pela direção	( X ) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	( X ) direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	( ) pela direção	( X ) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	( X ) direção e gerências	( ) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	( ) não são considerados	( X ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	( X ) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	( X ) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( X ) apóia	( ) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)			40.645,31			41.559,93
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	77,79% governo 5,33% acionista	12,72% pessoal 4,17% financiador		79,59% governo 4,60% acionista	11,56% pessoal 4,25% financiador	

HIDROPAN Distribuição de Energia S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Ativos</b>	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.462</b>	<b>9.425</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	1.804	641
Consumidores	(5)	7.450	6.027
Serviços em curso	(6)	51	46
Tributos compensáveis	(7)	103	98
Depósitos judiciais e cauções		156	156
Almoxarifado operacional	(3.4)	750	664
Ativos financeiros setoriais	(8)	2.555	1.587
Despesas pagas antecipadamente		31	37
Outros ativos circulantes	(9)	561	169
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>21.214</b>	<b>21.620</b>
Tributos compensáveis	(7)	95	84
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(10)	130	46
Ativo financeiro da concessão	(11)	2.574	2.563
Investimentos	(12)	32	60
Intangível	(13)	18.383	18.867
<b>Total do ativo</b>		<b>34.676</b>	<b>31.045</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPAN Distribuição de Energia S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>14.293</b>	<b>14.723</b>
Fornecedores	(14)	3.137	2.433
Empréstimos e financiamentos	(15)	5.072	5.834
Obrigações sociais e trabalhistas		491	468
Tributos	(16)	1.290	782
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(18)	177	172
Encargos setoriais	(19)	2.417	1.691
Passivos financeiros setoriais	(8)	1.017	2.265
Outros passivos circulantes	(20)	693	1.077
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>7.886</b>	<b>4.140</b>
Empréstimos e financiamentos	(15)	6.841	3.420
Provisões para litígios	(17)	382	135
Encargos setoriais	(19)	250	245
Tributos Diferidos	(21)	272	339
Passivos financeiros setoriais	(8)	141	-
<b>Patrimônio líquido</b>	(22)	<b>12.497</b>	<b>12.182</b>
Capital social		6.500	5.000
Outros resultados abrangentes		529	658
Reservas de lucros		5.470	6.526
( - ) Ações próprias em tesouraria		(2)	(2)
<b>Total do passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>34.676</b>	<b>31.045</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPAN Distribuição de Energia S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Demonstrações do Resultado**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	(23)	<b>36.340</b>	<b>35.609</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(32.623)</b>	<b>(32.501)</b>
<b>Custo com Energia Elétrica</b>	(25)	<b>(20.827)</b>	<b>(20.763)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(16.941)	(17.885)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(3.172)	(2.026)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(715)	(852)
<b>Custo de operação</b>		<b>(11.796)</b>	<b>(11.737)</b>
Custos de construção		(1.275)	(2.048)
Pessoal		(6.186)	(5.653)
Material		(481)	(484)
Serviço de terceiros		(1.805)	(1.673)
Depreciação e amortização		(1.184)	(1.129)
Outros	(26)	(867)	(750)
<b>LUCRO DO SERVIÇO</b>		<b>3.716</b>	<b>3.109</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(27)	<b>(1.682)</b>	<b>(1.366)</b>
Receitas Financeiras		690	1.070
Despesas Financeiras		(2.373)	(2.436)
<b>LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>2.034</b>	<b>1.743</b>
Contribuição Social	(28)	(171)	(161)
Imposto de Renda	(28)	(447)	(415)
<b>LUCRO LÍQ DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSAO JCP</b>		<b>1.415</b>	<b>1.167</b>
Reversão dos juros sobre capital próprio		750	746
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.165</b>	<b>1.913</b>
Lucro por ação - R\$		10,06	8,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Capital social</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>( - ) Ações Próprias em Tesouraria</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.500</b>	-	<b>8.091</b>	-	<b>(2)</b>	<b>14.589</b>
Redução de Capital Social:						
com cancelamento de ações	<b>(2.948)</b>	-	-	-	-	<b>(2.948)</b>
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	<b>1.448</b>	-	<b>(1.448)</b>	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	<b>1.089</b>	<b>(7)</b>	-	-	<b>1.082</b>
Tributos s/ajuste de aval.patrimonial	-	<b>(370)</b>	-	-	-	<b>(370)</b>
Realização AVP	-	(61)	61	-	-	-
Reversão dividendos	-	-	18	-	-	<b>18</b>
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	1.913	-	<b>1.913</b>
<b>Destinação proposta a A.G.O.:</b>						
Retenção de lucros	-	-	411	(411)	-	-
Dividendo	-	-	(600)	(756)	-	<b>(1.356)</b>
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(746)	-	<b>(746)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.000</b>	<b>658</b>	<b>6.526</b>	<b>0</b>	<b>(2)</b>	<b>12.182</b>
Redução de Capital Social:						
com cancelamento de ações	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	1.500	-	(1.500)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Tributos s/ajuste de aval.patrimonial	-	-	-	-	-	-
Realização AVP	-	(130)	-	45	-	<b>(85)</b>
Reversão dividendos	-	-	-	-	-	-
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	2.165	-	<b>2.165</b>
<b>Destinação proposta a A.G.O.:</b>						
Retenção de lucros	-	-	477	(477)	-	-
Reserva legal	-	-	108	(108)	-	-
Dividendo	-	-	(141)	(874)	-	<b>(1.016)</b>
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(750)	-	<b>(750)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.500</b>	<b>529</b>	<b>5.470</b>	<b>(0)</b>	<b>(2)</b>	<b>12.497</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Modelo Indireto)**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>2.165</b>	<b>1.913</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.663</b>	<b>1.238</b>
Depreciação e amortização	1.414	1.129
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	39
Provisão para litígios	247	70
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>	<b>(2.971)</b>	<b>7.271</b>
Consumidores	(1.425)	1.226
Serviços em curso	(5)	714
Tributos compensáveis	(100)	115
Depósitos judiciais e cauções	-	(156)
Almojarifado operacional	(86)	199
Ativos financeiros setoriais	(969)	4.420
Despesas pagas antecipadamente	6	16
Outros ativos	(392)	737
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>	<b>1.159</b>	<b>(3.348)</b>
Fornecedores	704	(709)
Obrigações sociais e trabalhistas	23	62
Tributos	1.194	(3)
Encargos setoriais	730	(1.661)
Passivos financeiros setoriais	(1.107)	(1.292)
Outros passivos	(385)	254
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>2.015</b>	<b>7.074</b>
Encargos de Dívidas Pagos	(976)	(1.110)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(752)	(665)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>287</b>	<b>5.299</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>(913)</b>	<b>1.511</b>
Investimentos	29	(4)
Aquisição de ativo Intangível	(1.120)	(2.276)
Baixas líquidas do intangível em serviço	(80)	3.303
Participação financeira do consumidor	259	488
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>1.788</b>	<b>(6.568)</b>
Redução do capital social	-	(2.948)
Empréstimos e financiamentos	3.634	(1.625)
Distribuição de dividendos	(1.011)	(1.303)
Juros sobre o capital próprio	(750)	(746)
Ajuste de avaliação patrimonial	(85)	54
<b>Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.163</b>	<b>241</b>
<b>Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Saldo inicial de caixa	641	400
Saldo final de caixa	1.804	641
	<b>1.163</b>	<b>241</b>

**Demonstrações do Valor Adicionado - DVA**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	2017	%	2016	%
<b>Receitas</b>	<b>66.237</b>		<b>67.182</b>	
Venda de energia e serviços	64.964		65.173	
Receita de construção de infraestrutura de concessão	1.275		2.048	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)		(39)	
<b>(-) Insumo adquiridos de terceiros</b>	<b>25.097</b>		<b>25.563</b>	
Insumos consumidos	22.101		22.811	
Outros insumos adquiridos	710		594	
Material e serviço de terceiros	2.285		2.157	
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>	<b>41.140</b>		<b>41.619</b>	
<b>(-) Depreciação/amortização</b>	<b>1.184</b>		<b>1.129</b>	
<b>(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>39.955</b>		<b>40.490</b>	
<b>(+) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>690</b>		<b>1.070</b>	
Receitas Financeiras	690		1.070	
<b>(=) Valor adicionado a distribuir</b>	<b>40.645</b>	<b>100,00%</b>	<b>41.560</b>	<b>100,00%</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>				
<b>Pessoal</b>	<b>5.172</b>	<b>12,72%</b>	<b>4.806</b>	<b>11,56%</b>
Remunerações	3.790	9,32%	3.408	8,20%
Encargos sociais (exceto INSS)	298	0,73%	282	0,68%
Convênio assistencial e outros benefícios	1.084	2,67%	1.115	2,68%
<b>Governo (impostos, taxas e contribuições)</b>	<b>31.613</b>	<b>77,79%</b>	<b>33.073</b>	<b>79,59%</b>
INSS (sobre folha de pagamento)	1.014	2,49%	847	2,04%
ICMS	15.927	39,19%	16.414	39,49%
PIS/COFINS	5.794	14,25%	5.787	13,92%
Imposto de renda e contribuição social	618	1,52%	576	1,39%
Outros	8.259	20,32%	9.449	22,74%
<b>Financiadores (remuneração de capital de terceiros)</b>	<b>1.696</b>	<b>4,17%</b>	<b>1.768</b>	<b>4,25%</b>
Juros	1.623	3,99%	1.691	4,07%
Aluguéis	73	0,18%	78	0,19%
<b>Acionistas (remuneração do capital do próprio)</b>	<b>2.165</b>	<b>5,33%</b>	<b>1.913</b>	<b>4,60%</b>
Remuneração do capital próprio	750	1,84%	746	1,79%
Lucros retidos	1.415	3,48%	1.167	2,81%
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>766,89</b>		<b>742,14</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

### **1. Informações sobre a Companhia**

A HIDROPAN Distribuição de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica autorizada a operar em dois municípios na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Panambi e Condor), com sede em Panambi - RS. Detém contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 086/2000-ANEEL. Suas atividades estão ligadas a distribuição de energia elétrica, sendo regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Constitui seu objeto social a distribuição e comercialização de energia elétrica e o desenvolvimento de atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica.

### **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis**

Em 13 de março de 2018, à Diretoria da HIDROPAN autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias auditadas estarão disponíveis no site [www.hidropan.com.br](http://www.hidropan.com.br) a partir de 30 de abril de 2018.

#### **2.2 Moeda de apresentação**

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da empresa faça julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da empresa revisa as estimativas e premissas adotadas ao menos no encerramento de cada exercício. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

### **3. Principais Práticas Contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### **3.1 Contratos de Concessão**

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor

adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem o caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

### **3.3 Consumidores**

Engloba o fornecimento de energia faturada e da energia não faturada (esta por estimativa) referente a dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência. Ainda inclui: a) os impostos diretos de responsabilidade tributária da HIDROPAN; b) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas na realização das contas a receber e de acordo com a Instrução Contábil 6.3.3 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### **3.4 Almoxarifado Operacional**

Os materiais em estoque utilizados na construção da infra-estrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.5 Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

### **3.6 Imposto de Renda e contribuição social diferidos**

São calculados pelas alíquotas efetivas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base em diferenças temporárias e, reconhecido à medida que suas correspondentes bases forem incorridas.

### **3.7 Ativo financeiro da concessão**

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

### **3.8 Ativo e passivo financeiro setorial**

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária. Em 9 de dezembro de 2014, através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 e a emissão do Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2014, tornaram obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a companhia passou a reconhecer a partir de 10 de dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias.

### **3.9 Intangível**

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da

concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### **3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Empresa aplica os procedimentos do Pronunciamento Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos para apurar o valor recuperável dos ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor justo menos custos para vendê-lo e seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao resultado dos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da concessão. Quando o valor residual contábil do bem exceder seu valor recuperável, a empresa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo no resultado do período.

### **3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

### **3.12 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

### **3.13 Empréstimos e financiamentos**

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

### **3.14 Demais passivos circulantes e não circulantes**

Os demais passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

### **3.15 Encargos setoriais**

São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **3.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. A Empresa possui imposto de renda e contribuição social diferidos, os quais foram gerados pelas diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos/passivos, e, seus valores contábeis.

### **3.17 Benefício pós-emprego**

A Empresa não possui planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados.

### **3.18 Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### **3.19 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo:

#### **(a) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento**

Se a Empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

#### **(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**(c) Instrumentos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como disponíveis para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

**(d) Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas bancárias a vista	1.711	229
Fundo Fixo de Caixa	10	10
Numerário em trânsito	31	22
Aplicações no mercado Aberto	<u>52</u>	<u>380</u>
	<u><b>1.804</b></u>	<u><b>641</b></u>

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa Econ.Federal	FIC Giro Empresas RF Ref DI L	Indeterminado	13,5458%a.a.	3	127
Banrisul	CDB Automático	Indeterminado	Pós	30	166
Bradesco	Invest Plus em CCDI	Indeterminado	CDI	8	18
Sicredi	Sicredinvest	10/06/2020	CDI	-	69
Banrisul	CDB DI LP	Indeterminado	Pós	11	-
				<u><b>52</b></u>	<u><b>380</b></u>

## 5. Consumidores

A composição da conta consumidores vencidos e a vencer está composta da seguinte forma:

Consumidores	2017			2016	
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo Líquido	Saldo Líquido
<b>Fornecimento Faturado</b>	<b>5.439</b>	<b>850</b>	<b>79</b>	<b>6.368</b>	<b>5.118</b>
Residencial	2.463	629	55	3.146	2.753
Industrial	1.082	92	15	1.189	784
Comércio, Serviços e outras Atividades	1.243	106	9	1.358	1.063
Rural	156	16	0	172	112
Poder Público	165	7	-	173	144
Iluminação Pública	177	-	-	177	143
Serviço Público	153	-	-	153	120
<b>Fornecimento Não Faturado</b>	<b>852</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>852</b>	<b>786</b>
<b>Créditos Renegociados</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>20</b>
<b>Participação Financeira do Consumidor</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>100</b>
<b>Encargos de Uso da Rede Elétrica</b>	<b>168</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168</b>	<b>-</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>48</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>83</b>	<b>69</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.388</b>	<b>878</b>	<b>86</b>	<b>7.519</b>	<b>6.094</b>
<b>PCLD</b>				<b>69</b>	<b>67</b>
<b>Total</b>	<b>6.388</b>	<b>878</b>	<b>86</b>	<b>7.450</b>	<b>6.027</b>

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

A seguir, estão demonstrados os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de consumo:

Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	2017	2016
Residencial	60	59
Industrial	3	3
Comércio, Serviços e outras Atividades	7	5
	<b>69</b>	<b>67</b>

O valor reconhecido foi constituído e considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados: 1) Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos; 2) Casos normais, conforme MCSE, sendo: a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias; c) Industrial, poder público e iluminação pública, vencidos há mais de 360 dias.

## 6. Serviços em curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens em curso, ou seja, Ordens de Serviço, de serviços próprios da concessionária, bem como valores relativos aos gastos com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética.

	2017	2016
Serviços Próprios	4	4
Auditoria P&D/PEE - REN nº 618/2014	42	42
Projeto Eficiência Energética	5	-
	<b>51</b>	<b>46</b>

## 7. Tributos compensáveis

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
ICMS sobre aquisições para o imobilizado	103	97	95	84
Outros	-	1	-	-
	<b>103</b>	<b>98</b>	<b>95</b>	<b>84</b>

Quanto ao ICMS sobre aquisições destinadas ao ativo imobilizado é permitido ao contribuinte a utilização como créditos fiscais conforme previsto no Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul – Decreto nº 37.699/97.

## 8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Anteriormente denominado de “ativos e passivos regulatórios” o ativo e passivo financeiro setorial já mencionado na nota 3.8 foi prospectivamente reconhecido a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia de forma prospectiva aplicou o OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica e para propiciar melhor comparabilidade divulga abaixo os montantes relativos aos exercícios de 2017 e 2016.

Conta de Compensação de Variação de custos da "Parcela A" - CVA	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
<b>Ativo</b>				
<b>Reajuste tarifário de 2017 em compensação</b>				
Parcela A - CVA	567	563	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	385	653	-	-
	<b>952</b>	<b>1.216</b>	-	-
<b>Variação capturada para reajuste tarifário em 2018</b>				
Parcela A - CVA	958	218	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	645	153	-	-
	<b>1.603</b>	<b>370</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>2.555</b>	<b>1.587</b>	-	-
<b>Passivo</b>				
<b>Reajuste tarifário de 2017 em compensação</b>				
Parcela A - CVA	737	287	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	125	1.437	-	-
	<b>862</b>	<b>1.725</b>	-	-
<b>Variação capturada para reajuste tarifário em 2018</b>				
Parcela A - CVA	155	540	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	-	141	-
	<b>155</b>	<b>540</b>	<b>141</b>	-
<b>Total</b>	<b>1.017</b>	<b>2.265</b>	<b>141</b>	-
<b>Total Líquido</b>	<b>1.538</b>	<b>(678)</b>	<b>(141)</b>	-

**1) CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A”:** A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela “A”) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a Parcela “A” são: CDE, PROINFA, Energia Elétrica Comprada para Revenda e Subsídio – Irrigação e Aquicultura (Resolução ANEEL 207/2006). Integram ainda os valores apurados referente a neutralidade da Parcela A, apurados desde fevereiro de 2010. Os custos são registrados na Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

**2) Reajuste tarifário de 2017 em compensação:** representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2017 a 21 de julho de 2018.

**3) Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2018:** É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2017 a 31 de dezembro 2017 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 22 de julho de 2018.

#### 9. Outros ativos circulantes

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Empregados	36	32	-	-
Fornecedores	2	10	-	-
Alienação de bens e direitos	3	-	-	-
Rendas a receber	34	25	-	-
Subvenção Residencial Baixa Renda	77	27	-	-
Repasse CDE - Descontos na tarifa	378	40	-	-
Desativações e alienações	8	7	-	-
Repasse PIS/COFINS consumidores	25	29	-	-
	<b>561</b>	<b>169</b>	-	-

A rubrica Repasse CDE – Descontos na tarifa refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O valor mensal que a HIDROPAN tem a receber é de R\$ 129 Mil.

#### 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, conforme segue:

	2017	2016
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisões para litígios	382	135
<b>Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos</b>	<b>382</b>	<b>135</b>
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34%	34%
<b>Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias</b>	<b>130</b>	<b>46</b>
Circulante	-	-
Não Circulante	130	46
<b>Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias</b>	<b>130</b>	<b>46</b>

#### 11. Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Ativo financeiro</b>		
Ativo financeiro da concessão	2.574	2.563
<b>Intangível</b>		
Ativo intangível concessão	<u>18.383</u>	<u>18.867</u>
<b>Total contrato de concessão</b>	<u><u>20.957</u></u>	<u><u>21.430</u></u>

### Contrato de Concessão da Concessionária

A Empresa detém a concessão para distribuição de energia elétrica nos municípios de Panambi e Condor, conforme Decreto nº 89.583 de 24 de abril de 1984. Em 18 de outubro de 2000 a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 086/2000, o qual regulamenta a exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. Ao findar em 2015 o prazo de exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, em 8 de dezembro de 2015 a HIDROPAN e o Poder Concedente, por meio do Ministério de Minas e Energia assinaram o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 086/2000-ANEEL. Constitui o objeto deste Termo Aditivo formalizar a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 086/2000 até 7 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, com fulcro na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015. Importante destacar que além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deverá observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da HIDROPAN não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador. Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da HIDROPAN concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível até 07 de julho de 2045.

### Vinculação dos Bens a Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do ativo financeiro de concessão é apresentada como segue:

	<u>Ativo financeiro da concessão</u>	<u>( - )</u> <u>Obrigações especiais</u>	<u>Total do ativo financeiro da concessão</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.563</b>	-	<b>2.563</b>
Adições por transferência do intangível	12	-	12
Baixas	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><u>2.574</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.574</u></u>

## 12. Investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bens e Direitos para Uso Futuro	-	30
Participações Societárias Permanentes	32	30
	<u><b>32</b></u>	<u><b>60</b></u>

## 13. Intangível

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em serviço	22.212	22.054
Em curso	58	511
	<u><b>22.270</b></u>	<u><b>22.565</b></u>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>(3.887)</u>	<u>(3.698)</u>
	<u><b>18.383</b></u>	<u><b>18.867</b></u>

	<u>2017</u>			<u>2016</u>
	<u>Custo histórico</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de concessões				
Infraestrutura de distribuição - em serviço	32.206	(13.850)	18.356	18.456
Infraestrutura de distribuição - em curso	27	-	27	411
<b>Total de ativos intangíveis</b>	<u><b>32.233</b></u>	<u><b>(13.850)</b></u>	<u><b>18.383</b></u>	<u><b>18.867</b></u>

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

	<u>Direito de Concessão</u>		
	<u>Infraestrutura de distribuição em serviço</u>	<u>Infraestrutura de distribuição em curso</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>18.456</b>	<b>411</b>	<b>18.867</b>
Adições	1.286	31	1.317
Baixas	(109)	(16)	(126)
Amortização	(1.069)	-	(1.069)
Ajuste avaliação patrimonial	(196)	-	(196)
Transferência - intangíveis		(398)	(398)
Transferência - ativo financeiro	(12)	-	(12)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<u><b>18.356</b></u>	<u><b>27</b></u>	<u><b>18.383</b></u>

### Valor Recuperável dos Ativos

Aplicamos as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 referentes ao Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos e não encontramos indicativos de perdas a serem reconhecidas.

### Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os bens integrantes do intangível estão demonstrados ao custo de aquisição líquidos da depreciação acrescidos do ajuste de avaliação patrimonial, conforme laudo de avaliação elaborado por Aucon Auditores e Consultores Associados S.S., no ano de 2016 em decorrência de Cisão Parcial. A amortização foi calculada pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil.

### Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica

na Atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

#### A composição dessas obrigações:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participação da União/Estados/Municípios	-	-
Participação do Consumidor	<u>3.887</u>	<u>3.698</u>
	<u><b>3.887</b></u>	<u><b>3.698</b></u>

A Resolução ANEEL nº 223, de 29/04/2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15, de Lei nº 10.438, de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

#### 14. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos de uso da rede elétrica	457	206
Suprimento de energia elétrica	2.439	1.970
Materiais e serviços	<u>241</u>	<u>257</u>
	<u><b>3.137</b></u>	<u><b>2.433</b></u>

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao transporte de energia elétrica pela rede básica; o suprimento inclui a compra de energia elétrica para revenda e o Proinfa; e os materiais e serviços refere-se as aquisições, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

#### 15. Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional	Circulante		Não Circulante		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos	2017	2016
	2017		2017			
CEF	38	10	-	-	49	576
Banco Estado do RGS	-	-	-	-	-	1.197
BNDES	298	19	530	-	847	981
HP Financial	-	-	-	-	-	24
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	24
Eletrobrás	1.978	13	761	-	2.752	4.413
Sicredi	1.866	58	3.650	-	5.574	1.280
Santander	551	140	1.145	-	1.836	-
Outros	100	1	750	5	856	760
	<u><b>4.831</b></u>	<u><b>241</b></u>	<u><b>6.836</b></u>	<u><b>5</b></u>	<u><b>11.913</b></u>	<u><b>9.255</b></u>

Captações de empréstimos e financiamentos do exercício foram:

O empréstimo contraído na Caixa Econômica Federal, foi destinado a capital de giro, com taxa de 1,37% a.m. BNDES: foram recursos captados através do Cartão BNDES Corporativo para aquisição de equipamentos de informática e telefonia, equipamentos e materiais aplicados em linhas e redes de distribuição. Não houve imobilização de encargos deste empréstimo, visto que os equipamentos foram imobilizados imediatamente. Os juros variam de 1,04% a.m. a 1,32% a.m. e juntamente com o valor principal são amortizados mensalmente.

O empréstimo realizado junto ao Santander, destinado para capital de giro com taxa de 0,43% a.m.+CDI. O empréstimo realizado junto a Eletrobrás, com a finalidade dos investimentos em Linha de Distribuição (LD) e Subestação (SE) de 69kV, com taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2%. Os encargos foram capitalizados durante a instalação da obra LD69kV. Empréstimos contraídos junto ao Sicredi destinados a capital de giro, com taxas CDI+0,43% a.m. a CDI+0,69% a.m.

<b>Moeda nacional (equivalente em R\$)/Indexador</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
CDI + 1,10% a.m.	7.380	61,95	1.280	13,83
CDI + 1,37% a.m	356	2,99	263	2,85
7% a.a.	2.752	23,10	4.413	47,68
Outras	1.425	11,96	3.298	35,64
	<b>11.913</b>	<b>100,00</b>	<b>9.255</b>	<b>100,00</b>

#### Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo:

	<b>Moeda nacional</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
2018	5.072	1.804
2019	3.288	1.267
2020	1.742	128
2021	1.089	106
2022	712	106
2023	9	9

#### Mutação de Empréstimos e Financiamentos:

	<b>Moeda nacional</b>			
	<b>Encargos</b>	<b>Circulante</b>	<b>Encargos</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>231</b>	<b>5.267</b>	<b>-</b>	<b>6.493</b>
Ingressos	1.133	2.496	-	364
Transferências	-	3.436	-	(3.436)
Amortizações	(1.110)	(5.618)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>254</b>	<b>5.580</b>	<b>-</b>	<b>3.420</b>
Ingressos	962	8.127	5	5.776
Transferências	-	2.431	-	(2.361)
Amortizações	(976)	(11.307)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>241</b>	<b>4.831</b>	<b>5</b>	<b>6.836</b>

#### 16. Tributos

	<b>Circulante</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ICMS	736	268
PIS	64	51
COFINS	296	234
CSLL	20	35
IRPJ	46	59
INSS	92	95
Outras	36	40
	<b>1.290</b>	<b>782</b>

#### 17. Provisões para litígios

No julgamento da Administração são poucas as ações em que a HIDROPAN está envolvida. No entanto, face a Resolução CFC nº 1.180/2009, CPC 25 e baseados na opinião de consultores jurídicos contratados foi realizada uma criteriosa avaliação do que restou a provisionar os processos com probabilidade de perda classificada como provável. As provisões ficaram assim constituídas:

<b>Provisões Passivas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhista	15	-
Cível	149	135
Regulatória	218	-
	<b>382</b>	<b>135</b>

#### **18. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Aos Acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Legislação Societária vigente. A Empresa pagou aos Acionistas, como distribuição de lucros, o valor de R\$ 1.765 mil, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício	2.165	1.913
Efeitos fiscais pela opção juros sobre capital próprio	(255)	(254)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre capital próprio	1.910	1.659
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(96)	(83)
Base de distribuição dividendos	1.815	1.576
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>454</b>	<b>394</b>
Imposto de renda retido sobre juros capital próprio	(112)	(117)
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	1.170	1.108
<b>Remuneração do capital próprio apropriada</b>	<b>1.624</b>	<b>1.502</b>
Percentual de juros sobre capital próprio/dividendos	89,50%	95,27%

Composição dos saldos e o total (sobre o exercício e lucros anteriores) da distribuição de Dividendos e juros a Pagar:

	<b>A pagar</b>		<b>Distribuídos</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Dividendos	22	41	501	600
Dividendo Mínimo Obrigatório	95	69	514	756
Juros sobre Capital Próprio	59	62	750	746
	<b>177</b>	<b>172</b>	<b>1.765</b>	<b>2.102</b>

## 19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são cobranças específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei.

### Composição do Saldo dos encargos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	298	212	71	70
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.083	839	179	175
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	420	551	-	-
Taxa de fiscalização – TFSEE	5	5	-	-
Encargos Tarifários Emergenciais	2	2	-	-
Adicional Bandeira Vermelha	608	83	-	-
	<b>2.417</b>	<b>1.691</b>	<b>250</b>	<b>245</b>

## 20. Outros passivos circulantes

	Circulante	
	2017	2016
Consumidores	11	84
Empregados	98	98
Diretores, Conselheiros e acionistas	14	0
Contribuição para Iluminação Pública	23	29
Outros Credores Transferência ICMS	481	734
Arrecadação para Entidades Comunitárias	65	132
	<b>693</b>	<b>1.077</b>

## 21. Passivo Não-Circulante – Tributos Diferidos

Correspondem aos saldos remanescentes de IRPJ e CSLL de Diferenças Temporárias, nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre a constituição de Outros Resultados Abrangentes decorrente de ajustes de avaliação patrimonial reconhecido em 13 de setembro de 2016 por ocasião do evento especial de cisão parcial da companhia.

## 22. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O Capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 6.500 milhões, representado por 215.283 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### Integralização de Capital

Em assembleia geral extraordinária ocorrida em 19 de abril de 2017, aprovada pela JUCERGS em 15 de agosto de 2017 sob registro nº 4492503, os acionistas aprovaram a realização de um aumento de capital social da companhia, no valor de R\$ 1,5 milhões, com base em proposta dos Administradores, mediante a incorporação ao capital social de parte do saldo da Conta de Reserva de Retenção de Lucros, sem a emissão de novas ações.

### Reservas de Lucros

	2017	2016
Reserva legal	1.108	1.000
Reserva Retenção de lucros	4.362	5.526
	<b>5.470</b>	<b>6.526</b>

Reserva Legal é constituída aplicando-se 5% sobre o lucro líquido do exercício de cada ano, conforme legislação societária. A HIDROPAN não atingiu o limite societário de 20% sobre o capital social para

constituição de Reserva Legal. A constituição da Reserva Retenção de Lucros tem o objetivo de atender ao fluxo orçamentário de capital e de investimentos.

### Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao saldo remanescente realizado líquido dos efeitos tributários ao final de dezembro de 2017 sobre o ajuste de avaliação patrimonial de ativos, consubstanciados em laudo de avaliação elaborado por Aucon Auditores e Consultores Associados S.S., que foi reconhecido oportunamente por evento de Cisão Parcial.

### 23. Receita Operacional Líquida

Receita	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>18.296</b>	<b>18.034</b>	<b>88.033</b>	<b>102.037</b>	<b>58.000</b>	<b>63.802</b>
Residencial	16.511	16.271	34.631	34.288	27.719	27.925
Industrial	142	163	22.157	36.616	11.395	17.709
Comercial	1.178	1.138	17.476	17.503	12.148	11.886
Rural	278	274	3.248	3.131	1.293	1.168
Poder Público	155	155	2.464	2.520	1.790	1.766
Iluminação Pública	9	9	5.113	5.016	2.005	1.786
Serviço Público	20	18	2.810	2.784	1.649	1.562
Consumo Próprio	3	6	134	179	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição</b>						
Consumidores Livres	4	2	24.288	1.787	2.562	198
Fornecimento Não Faturado					66	(141)
Obrigações Especiais (-)*					(230)	(230)
Ativo financeiro setorial líquido					2.837	407
	<b>18.300</b>	<b>18.036</b>	<b>112.321</b>	<b>103.824</b>	<b>63.234</b>	<b>64.036</b>
<b>Outras Receitas</b>						
Receita de Construção					1.275	2.048
Outras Receitas Operacionais (nota 24)					1.730	1.136
					<b>3.004</b>	<b>3.184</b>
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>					<b>66.239</b>	<b>67.220</b>
<b>Deduções</b>						
<b>Tributos</b>						
PIS					(1.037)	(1.026)
COFINS					(4.756)	(4.761)
ICMS					(15.927)	(16.414)
ISS					(8)	(7)
<b>Subtotal</b>					<b>(21.729)</b>	<b>(22.208)</b>
<b>Encargos Setoriais</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(173)	(166)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(173)	(166)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(5.859)	(8.015)
Taxa de Fiscalização					(64)	(76)
Adicional Bandeiras Tarifárias					(1.901)	(981)
<b>Subtotal</b>					<b>(8.170)</b>	<b>(9.403)</b>
<b>Total de Deduções da Receita</b>					<b>(29.899)</b>	<b>(31.611)</b>
<b>Total Receita Operacional Líquida</b>					<b>36.340</b>	<b>35.609</b>

\* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

## 24. Outras Receitas Operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Renda da Prestação de Serviços	65	58
Arrendamento e Aluguéis	322	280
Descontos Tarifários	1.015	536
Serviço Taxado	83	90
Subvenção Residencia Baixa Renda	183	165
Ganhos na baixa/alienação de bens	62	7
	<u><b>1.730</b></u>	<u><b>1.136</b></u>

Outras Receitas Operacionais: São receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, aluguéis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador. Ainda contempla a rubrica Repasse CDE – Descontos na tarifa que refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

## 25. Custos com energia elétrica

	<u>Quantidade MWh</u>		<u>Reais Mil</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Energia Comprada</b>				
Rio Grande Energia S/A - RGE	88.900	94.113	18.657	19.833
Proinfa	2.599	2.810	788	939
Microgeração e Minigeração	18	2	9	1
<b>Subtotal</b>	<u><b>91.517</b></u>	<u><b>96.925</b></u>	<u><b>19.454</b></u>	<u><b>20.772</b></u>
Crédito de Pis/Cofins - Energia Comprada			(1.799)	(2.035)
			<u><b>17.655</b></u>	<u><b>18.737</b></u>
<b>Uso da Rede de Energia</b>				
Encargos de uso da Rede Elétrica			3.497	2.216
Crédito de Pis/Cofins			(325)	(190)
			<u><b>3.172</b></u>	<u><b>2.026</b></u>
<b>Total custo com energia elétrica</b>			<u><b>20.827</b></u>	<u><b>20.763</b></u>

**26. Outros custos**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Arrendamento e Aluguéis	73	78
Seguros	42	43
Doações	43	41
Provisão	249	193
Recuperação de despesas	(60)	(64)
Tributos	81	39
Indenização por perdas e danos	21	38
Taxa de arrecadação	167	158
Taxas bancárias	12	13
Conselho de Consumidores	25	27
Perdas na alienação e desativação de bens	178	175
Outros	37	9
	<u><b>867</b></u>	<u><b>750</b></u>

**27. Resultado Financeiro**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receita Financeira</b>		
Aplicações Financeiras	10	19
Multa/Juros s/ctas energia elétrica	411	686
Variação Monetária Ativa	208	176
Deságio aquisição crédito ICMS	50	174
Outras Receitas Financeiras	10	16
	<u><b>690</b></u>	<u><b>1.070</b></u>
<b>Despesa Financeira</b>		
Juros e Variação Monetária	1.299	1.188
Variação Monetária Passiva	112	303
PEE e P&D	131	144
Juros sobre Capital Próprio	750	746
Multa DIC-FIC	42	43
Outras Despesas Financeiras	39	13
	<u><b>2.373</b></u>	<u><b>2.436</b></u>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u><b>(1.682)</b></u>	<u><b>(1.366)</b></u>

## 28. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para Contribuição Social e o Imposto de Renda

Em 2017, baseados no planejamento tributário e demais análises de conjuntura, as quais demonstravam uma perspectiva de que as tarifas não acompanhariam o crescimento de mercado de energia por consequência uma queda nos resultados da empresa, optamos pela sistemática de apuração do Imposto de Renda baseada no Regime de Tributação do Lucro Real.

### Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.034	1.743	2.034	1.743
Reversão dos juros sobre capital próprio	750	746	750	746
<b>Lucro ajustado</b>	<b>2.783</b>	<b>2.488</b>	<b>2.783</b>	<b>2.488</b>
<b>Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)</b>	<b>251</b>	<b>224</b>	<b>672</b>	<b>598</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>				
Efeito líquido juros sobre capital próprio	(67)	(67)	(187)	(186)
Efeito das adições permanentes e temporárias	94	80	260	222
Efeito das exclusões	(83)	(63)	(231)	(174)
Diferimento/Reversão IRPJ e CSLL diferidos	(22)	(14)	(62)	(38)
<b>Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)</b>	<b>171</b>	<b>161</b>	<b>452</b>	<b>422</b>
Incentivos fiscais	-	-	(5)	(7)
<b>Contribuição social e imposto de renda no resultado</b>	<b>171</b>	<b>161</b>	<b>447</b>	<b>415</b>

## 29. Instrumentos financeiros

O negócio da HIDROPAN compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações Financeiras em fundos, os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Empréstimos e Financiamentos, o valor de mercado se aproximam dos valores contábeis.
- Valor justo, é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da HIDROPAN podem ser os seguintes:

- Risco de Crédito: A Empresa está obrigada, por força da regulamentação do Setor de Energia Elétrica e por cláusula incluída no Contrato de Concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. Há um risco inerente de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a empresa monitora as contas a receber de consumidores, suspendendo o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber.

- Risco de Preço: Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados "Parcela A") e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados "Parcela B"). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. As tarifas, de acordo com o Contrato de Concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa.

## 30. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições de similaridade às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, quanto a preços, prazos, encargos e qualidade, que contratassem com base em sua livre vontade e seu melhor interesse.

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentadas a seguir, bem como o montante das transações envolvidas, ressalta-se que os ativos abaixo demonstrados estão incluídos em ativo financeiro de concessão ou ativo intangível:

	2016				
	Ativo		Passivo		Receita (Despesa)
	Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
<b>Partes Relacionadas</b>					
<b>Knorr Produtos e Serviços Elétricos S/A</b>					
Material, Serviços e Aluguéis	-	8	-	-	(24)
	2017				
<b>Knorr Produtos e Serviços Elétricos S/A</b>					
Material, Serviços e Aluguéis	-	24	2	-	(26)

### 31. Seguros

A Concessionária possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Riscos nomeados - veículos	08/06/2017 a 08/09/2018	605	6
Riscos nomeados - equipamentos	22/05/2017 a 22/05/2018	985	8
Incêndio - imóveis próprios	30/05/2017 a 14/06/2018	2.685	7
Responsabilidade Civil - pessoal	31/12/2017 a 31/12/2018	18.046	51
Responsabilidade Civil - veículos	08/06/2017 a 08/09/2018	3.075	28
		<b>25.396</b>	<b>100</b>

### 32. Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento

A HIDROPAN cumpriu rigorosamente os prazos de recolhimentos dos recursos para F.N.D.C.T. e para a E.P.E./M.M.E. Em 2017 nos termos da Lei nº 13.280/16, com recursos do Programa de Eficiência Energética, recolhemos o valor de R\$ 30,5 Mil para o Procel - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Abaixo segue a demonstração dos recursos pendentes de aplicação referente aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	278	195	71	70
FNDCT	13	11	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	7	6	-	-
<b>Total de Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>298</b>	<b>212</b>	<b>71</b>	<b>70</b>
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.083	839	179	175
	<b>1.381</b>	<b>1.051</b>	<b>250</b>	<b>245</b>

### 33. Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica "Luz para Todos" foi instituído pelo Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Na área de concessão da HIDROPAN Distribuição de Energia S.A., o atendimento a todos os consumidores está contemplado com a universalização, não havendo necessidade de inclusão da Empresa no programa "Luz para Todos".

### 34. Questões Sociais e Ambientais

A HIDROPAN em 2017 renovou a Licença de Operação concedida pela FEPAM para exploração da Linha de Transmissão 69kV SE Ijuí2\_SE Panambi 2. A renovação atendeu a rigorosos requisitos de conformidade ambiental e garante a HIDROPAN a exploração deste empreendimento por 5 anos. A manutenção das licenças ambientais, seja da LT69kV ou ainda as licenças municipais para supressão de vegetação em redes de distribuição são acompanhadas por profissionais próprios e terceirizados especializados que atual no sentido de cumprir todas as exigências legais. No quadro abaixo apresentamos os gastos com meio ambiente despendidos no exercício de 2017, bem como a previsão de gastos para o exercício seguinte:

Natureza	2017		Previsão 2018	
	Imobilizado	Resultado	Imobilizado	Resultado
Material e Serv.Terceiros	-	91	-	60

### 35. Ajuste a Valor Presente

Observando as disposições do CPC 01 e por se tratar de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.

### DIRETORIA

Eduardo Knorr  
Diretor  
CPF – 543.366.780-49

Olávio José Melchiors  
Diretor  
CPF – 249.848.509-06

Lázaro de Moura Schumann  
Contador – CRC/RS Nº 77.515  
CPF – 967.608.770-04

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otto Willy Knorr  
CPF – 007.180.760-87

Walter Alfredo Loose  
CPF – 060.649.730-72

Ruy Knorr  
CPF – 065.130.260-91

Lars Knorr  
CPF – 594.507.970-72

Eduardo Knorr  
CPF – 543.366.780-49

Herbert Knorr  
CPF - 065.405.119-49

Udo Carlos Loose  
CPF - 187.430.480-72

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ilmos. Srs.**

**Diretores e Acionistas de  
HIDROPAN Distribuição de Energia S/A  
PANAMBI-RS**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **HIDROPAN Distribuição de Energia S/A**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HIDROPAN Distribuição de Energia S/A** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de março de 2018.

**AUCON***Audítores & Consultores*

  
**AUCON AUDITORES & CONSULTORES**  
**ASSOCIADOS S/S**  
CRC/RS N.º 4.414  
CNPJ N.º 07.794.284/0001-84

  
**JOSÉ ANTÔNIO GOMES MARQUES**  
CONTADOR CRC/RS N.º 51.223/0-8  
CPF N.º 449.121.370-49

## Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da HIDROPAN Distribuição de Energia S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### Carta do Presidente

#### Cenário

A HIDROPAN atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 91 anos de existência. Em 2017, a melhora do desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial (cativo + livre) com um crescimento de 20,94% com relação a 2016. O consumo do setor residencial também foi representativo, atingindo o patamar de 34.631 MWh (34.288 MWh em 2016). Somada, a demanda dos dois setores representa 72,18% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2017 (69,49% em 2016). O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do resultado do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, onde a HIDROPAN em 2017 ficou classificada entre as 58 concessionárias de distribuição de energia elétrica pesquisadas, em 3º lugar.

#### Distribuição de energia elétrica

Atualmente, A HIDROPAN é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Panambi e Condor, localizados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para atender a demanda de 18.296 unidades consumidoras cativas e 4 livres em uma área de concessão de 151 km<sup>2</sup>, a HIDROPAN conta com 53 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 546,07 km de redes de distribuição primária e secundária, uma moderna linha 69kV de 40 km e uma subestação entrada linha de 69kV. Com sede em Panambi - RS, é uma sociedade anônima, de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, sendo uma empresa com formação típica familiar, contando atualmente com 27 acionistas.

. **Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano, 262 novas ligações com destaque 240 residenciais e 40 comerciais, totalizando 18.296 consumidores cativos atendidos pela HIDROPAN, número 1,45% superior ao de 2016.

#### Número de Consumidores

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	15.121	15.618	16.059	16.271	16.511
Comercial	1.057	1.089	1.112	1.138	1.178
Industrial	165	169	167	163	142
Rural	288	279	268	274	278
Poderes Públicos	141	149	154	155	155
Iluminação Pública	9	9	9	9	9
Serviço Público	17	18	18	18	20
Outros	6	6	6	6	3
<b>Total</b>	<b>16.804</b>	<b>17.337</b>	<b>17.793</b>	<b>18.034</b>	<b>18.296</b>
<b>Variação</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,17%</b>	<b>2,63%</b>	<b>1,35%</b>	<b>1,45%</b>

. **Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da HIDROPAN no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 112.321 MWh (103.824 MWh em 2016). No ano, as principais classes de consumo apresentaram os seguintes comportamentos:

- **Classe residencial** (30,83% do mercado total cativo + livre): crescimento de 1,01%, influenciada principalmente pelo consumo em março e outubro, quando essa classe apresentou as maiores variações do ano. Entretanto, nos demais meses, o consumo residencial mostrou estagnação e apresentou pequenas variações para mais e para menos.
- **Classe industrial** (41,35% do mercado total cativo + livre): superando o cenário econômico adverso, as indústrias apresentaram uma excelente evolução. O consumo desta classe, considerando o mercado total cativo + livre apresentou um crescimento de 20,94%. Em dezembro de 2016 tivemos a migração para o mercado livre do maior consumidor da concessão, o que causou nos indicadores daquele ano um efeito parcial. Já a referida migração teve seu efeito integral em 2017, quanto esteve na integralidade classificada no mercado livre. Para fins de comparabilidade, expurgamos os efeitos deste consumidor na integralidade também em 2016 para verificar a variação do consumo industrial cativo e assim verificamos um crescimento de mercado cativo industrial de 9,70%. Já para o livre, considerando os ajustes já mencionados o consumo cresceu com vigor no volume de 33,41%, sendo assim um dos principais responsáveis pelo crescimento do mercado total cativo + livre da HIDROPAN em 2017.
- **Classe comercial** (15,56% do mercado total cativo + livre): queda de 0,16%, decorrente principalmente ainda dos efeitos da crise político-econômica que em última instância repercutiu por mais tempo;
- **Classe rural** (2,89% do mercado total cativo + livre): acréscimo de 3,67% devido, principalmente, ao bom momento vivido pelo setor do agronegócio, que tem apresentado resultados positivos decorrentes de sucessivas safras com excelentes indicadores de produtividade, motivando e incentivada cada vez mais a utilização de sistemas de irrigação.

Por outro lado, as classes dos poderes públicos apresentaram leve aumento de consumo:

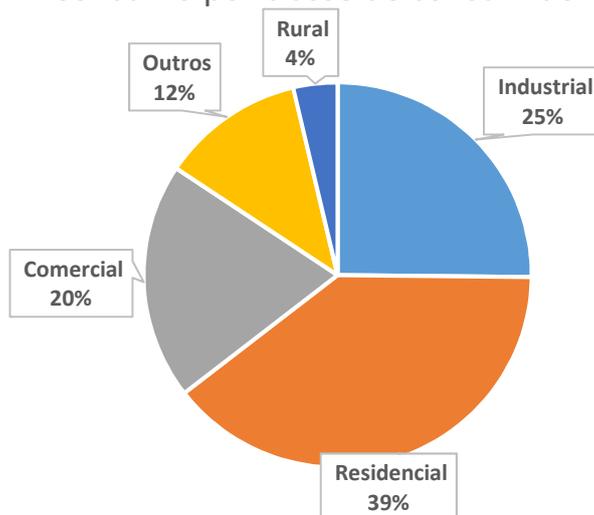
- **Demais classes** (9,37% do mercado total cativo + livre): aumento de 0,19% quando comparado a 2016, em função do consumo na classe “Serviços Públicos” e “Iluminação Pública”.

Em 2017, as classes residencial, industrial, rural e demais apresentaram crescimento de 1,01%, 20,94%, 3,67% e 0,19%, respectivamente. Por outro lado, houve redução de 0,16% no consumo comercial. O quadro, a seguir, mostra o comportamento das classes de consumo de 2013 e 2017:

## Mercado Atendido

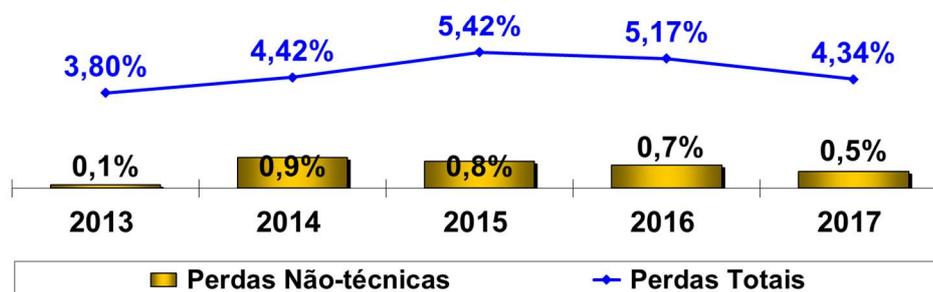
Mercado Atendido - MWh	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Energia Faturada</b>	<b>114.801</b>	<b>119.962</b>	<b>105.979</b>	<b>102.037</b>	<b>88.033</b>
Fornecimento	114.801	119.962	105.979	102.037	88.033
Residencial	31.209	34.451	33.021	34.288	34.631
Comercial	16.906	18.196	17.462	17.503	17.476
Industrial	53.557	53.879	42.465	36.616	22.157
Rural	2.945	3.102	2.744	3.131	3.248
Poderes Públicos	2.307	2.564	2.460	2.520	2.464
Iluminação Pública	4.718	4.813	4.926	5.016	5.113
Serviço Público	2.971	2.757	2.703	2.784	2.810
Consumo Próprio	188	200	198	179	134
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	<b>1.787</b>	<b>24.288</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	1.787	24.288
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>114.801</b>	<b>119.962</b>	<b>105.979</b>	<b>103.824</b>	<b>112.321</b>
<b>Variação</b>	<b>9,48%</b>	<b>4,50%</b>	<b>-11,66%</b>	<b>-2,03%</b>	<b>8,18%</b>

### Consumo por classe de consumidores



. **Perdas** - As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução negativa de 9,95% de 2016 para 2017. Embora os resultados apresentem pequena melhora no volume de perdas, as mesmas têm se mantido estabilizadas.

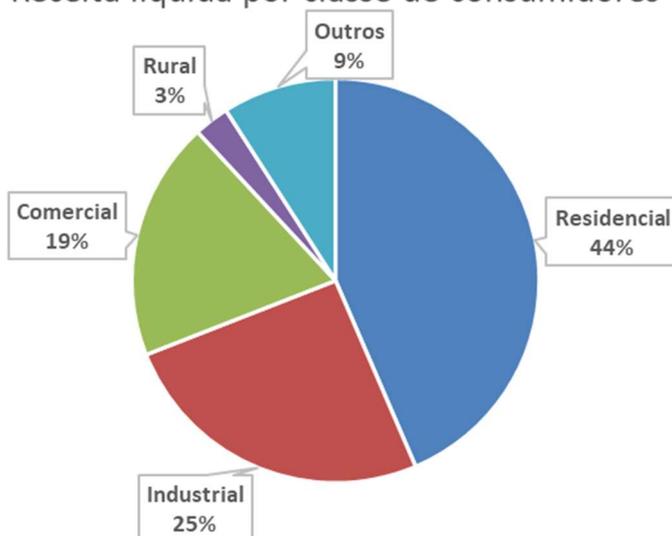
<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Venda de Energia	114.801	119.962	105.979	102.037	88.033
- Fornecimento	114.801	119.962	105.979	102.037	88.033
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	1.787	24.288
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>114.801</b>	<b>119.962</b>	<b>105.979</b>	<b>103.824</b>	<b>112.321</b>
<b>Perdas na Rede Básica</b>					
Pernas na Distribuição	4.533	5.544	6.075	5.658	5.095
Perdas Técnicas	4.416	4.353	5.145	4.865	4.483
Perdas não Técnicas - PNT	117	1.191	930	792	612
PNT / Energia Requerida %	0,1%	0,9%	0,8%	0,7%	0,5%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>4.533</b>	<b>5.544</b>	<b>6.075</b>	<b>5.658</b>	<b>5.095</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>3,80%</b>	<b>4,42%</b>	<b>5,42%</b>	<b>5,17%</b>	<b>4,34%</b>
<b>Total</b>	<b>119.334</b>	<b>125.506</b>	<b>112.054</b>	<b>109.482</b>	<b>117.416</b>



**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 44,8 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2017	2016	%
Residencial	19.506	21.327	- 8,54
Industrial	11.399	13.910	- 18,06
Comercial	8.562	8.966	- 4,51
Rural	1.253	1.133	10,64
Outros	4.051	3.963	2,24
<b>Total</b>	<b>44.771</b>	<b>49.299</b>	<b>- 9,18</b>

### Receita líquida por classe de consumidores



**Número de consumidores** - O número de consumidores cativos faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 1,45 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2017	2016	%
Residencial	16.511	16.271	1,48
Comercial	1.178	1.138	3,51
Industrial	142	163	- 12,88
Rural	278	274	1,46
Outros	187	188	- 0,53
<b>Total</b>	<b>18.296</b>	<b>18.034</b>	<b>1,45</b>

**Tarifas** - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 441,84/MWh, com aumento de 2,98% com relação a dezembro de 2016. Em 2017, por meio da Resolução ANEEL nº 2.268 de 11/07/2017, a HIDROPAN foi autorizada a aplicar o reajuste tarifário anual com efeito médio percebido de 12,85% nas tarifas de seus consumidores.

Tarifa média de fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	549,59
Industrial	436,02
Comercial	493,42
Rural	402,07
Outros	453,37

**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2017	7,23	9,20	0,81
2016	7,61	8,74	0,72
2015	5,96	8,70	0,70
2014	6,73	10,14	0,75
2013	5,38	11,03	0,66

**Atendimento ao consumidor** - A HIDROPAN, inserida ao ambiente digital, está com o novo site disponível para facilitar o acesso aos consumidores. Com design moderno, tecnologia avançada e ampla quantidade de elementos, a página [www.hidropan.com.br](http://www.hidropan.com.br) proporciona uma experiência de navegação mais dinâmica e interativa. A nova plataforma proporciona ao cliente um acesso mais rápido aos serviços da “Agência Virtual”.

Através do site, o consumidor pode requisitar na “Agência Virtual”, serviços antes realizados somente por telefone ou via agência de atendimento presencial, tais como: emissão de segunda via, atualização de dados cadastrais, número de telefone (SMS), e-mail, informar autoleitura, solicitar informações, simulador de consumo, consultar histórico de consumo, consultar normas técnicas, tarifas vigentes, entre outros.

A área social também recebeu um espaço de destaque no portal. Ao acessar o site, o usuário encontrará em “Compromisso Social” dicas de segurança relacionadas à energia elétrica no ambiente doméstico. Ainda podem ser encontradas dicas de economia de energia. No link dedicado ao Programa de Eficiência Energética (PEE) da Hidropan, o consumidor encontrará os principais projetos desenvolvidos pela companhia.

#### **Mobile**

A Hidropan disponibiliza, para os consumidores que possuem smartphones, uma versão mobile da “Agência Virtual” da concessionária. O cliente poderá acessar a página da Hidropan adaptada ao sistema de telefonia móvel.

**Tecnologia da informação** - No ano de 2017 foram implantados novos sistemas que dão agilidade no atendimento ao cliente. Foram feitas implementações no Setor Comercial e no COD (Centro de Operação da Distribuição).

No Setor Comercial foi implantado o sistema de Emissão Instantânea de Fatura (EFI). Esse sistema se vale do uso de equipamento smartphone android e de impressora térmica portátil para a emissão da Fatura de Energia do cliente logo após efetuada a leitura do medidor de energia. O sistema permite que, ao final de cada rota de leituras, os dados sejam enviados para a empresa, via plano de dados de operadora telecom, para análise das leituras e posterior fechamento das mesmas na base de dados.

Outro sistema chamado de CODRT permite que serviços prestados pelo setor comercial e setor técnico sejam demandados em tempo real para um colaborador que esteja a campo, agilizando o atendimento ao referido serviço solicitado pelo cliente.

Também foi instalado, no COD, um sistema de monitoramento com 4 monitores profissionais LFD (Large Format Display) de 43” dispostos em uma matriz 2x2 denominado de “Video Wall”. Isso permite que o operador do COD visualize em um ou mais monitores, combinados, várias telas de diversos sistemas de monitoramento diferentes, tais como mapas, câmeras de vídeo, telas de aplicativos, etc.

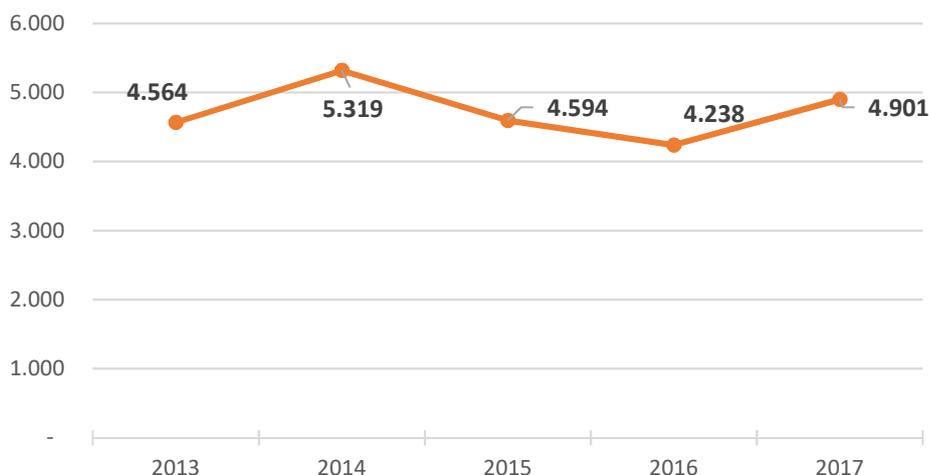
#### **Desempenho econômico-financeiro**

Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 2,028 milhões, contra R\$ 1,790 milhões em 2016, um crescimento de 13,30%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 34,659 milhões, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 33,254 milhões. Esse aumento de 4,23% resulta da aplicação do efeito do reajuste médio tarifário que em 2017 foi de 12,85%.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 31,080 milhões, 2,77% superiores em relação à 2016, destacando-se os custos com: encargo de uso do sistema de transmissão que cresceu 56,52%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 13,13% contra 14,69% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4,901 milhões, 15,64% superior em relação a 2016, quando foi de R\$ 4,238 milhões, conforme evolução abaixo:

## EBITDA ou LAJIDA



**Investimentos:** Em 2017, os investimentos da HIDROPAN, importaram em R\$ 1,72 milhão, 12,29% inferiores em relação à 2016, dos quais R\$ 1.617 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 3.812 mil.

## Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>1.280</b>	<b>1.893</b>	<b>1.617</b>	<b>861</b>	<b>651</b>	<b>307</b>	<b>376</b>	<b>394</b>
Transformador de Distribuição	194	261	154	40	9	-	-	11
Medidor	237	420	223	225	225	225	263	283
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	381	331	307	310	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	467	828	932	286	417	82	113	101
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1	52	2	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(518)</b>	<b>(468)</b>	<b>(1.246)</b>	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(251)	(238)	(430)	-	-	-	-	-
Outros	(267)	(230)	(815)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	(267)	(230)	(815)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	(108)	(110)	(351)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	(159)	(120)	(464)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	1.617	861	651	307	376	394

R\$ Mil	2017P	2018R	2019R	2020R	2021R
Plano de Investimentos 2016	801	568	1.915	422	364

Diferença	102,0%	51,7%	-66,0%	-27,2%	3,2%
-----------	--------	-------	--------	--------	------

**Captações de recursos:** Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a HIDROPAN captou um total de R\$ 252 mil em recursos de financiamentos, destacando-se a linha do Cartão BNDES.

**Valor adicionado:** Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela HIDROPAN foi de R\$ 39,96 milhões, representando 60,32% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Entretanto, a HIDROPAN optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 90 da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2017, a HIDROPAN pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 750 mil (R\$ 746 mil em 2016).

Além disso, a HIDROPAN reteve o saldo remanescente do lucro líquido do exercício como Reserva de Lucros para Expansão, de modo a assegurar a realização de obras no exercício seguinte, devidamente justificado pelo orçamento de capital pela Outorgada.

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da HIDROPAN era de R\$ 6,5 milhões, composto por 215.283 ações ordinárias (100%), sem valor nominal.

**Atendimento a acionistas:** Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a HIDROPAN coloca à disposição dos seus acionistas atendimento personalizado na sua sede à Rua Sete de Setembro, 918 – Centro – Panambi - RS. O atendimento presta informações sobre a posição acionária individual, dividendos, solicitações para a emissão de certificados e crédito dos dividendos, e demais informações para o bom relacionamento entre a Companhia e seus Acionistas. Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDR por meio do número: 55 3376 9800.

## Gestão

**Administração:** A HIDROPAN tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis a concessão para exploração de distribuição de energia elétrica. O contrato de concessão de distribuição da HIDROPAN foi prorrogado por mais 30 anos. A prorrogação, com início de vigência a partir de 7º de julho de 2015, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. Ao obter, no final do ano 2015, a prorrogação do contrato de concessão, a HIDROPAN entrou na fase final de sua reestruturação organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

**Planejamento empresarial:** A HIDROPAN, preocupada com o processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico, elaborou seu plano estratégico de longo prazo.

A concepção desse planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças estruturais do setor elétrico e da conjuntura econômica global.

**Gestão pela qualidade total:** A HIDROPAN implementou e certificou o Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com as Normas ISO 9001 e 10002, tendo como objetivo melhorar continuamente os Processos de: a) Processo de Coleta dos Dados e Apuração dos Indicadores Comerciais e de Continuidade; b) Envio dos Indicadores Comerciais e de Continuidade à Aneel; c) Distribuição de Energia Elétrica para Panambi e Condor; d) Tratamento de Reclamações dos Consumidores (NBR ISO 10002).

A Política de Qualidade é Prestar serviços com qualidade e eficiência, distribuindo energia elétrica de forma sustentável em Panambi e Condor.

A política da gestão de reclamações de clientes da Hidropan está alicerçada na agilidade, transparência, eficiência e eficácia de seus serviços. Através desta política, estamos comprometidos com o aprimoramento de nossos processos, objetivando a melhoria contínua dos serviços prestados e da satisfação dos clientes.

**Recursos humanos:** O setor de Recursos Humanos da HIDROPAN assessorou a direção e setores da empresa em atividades de planejamento, contratações, negociações de relações humanas e do trabalho, bem como atuou em processos de orientação sobre a importância da saúde e segurança no trabalho.

O RH é responsável por uma série de atividades e processos, que procuram fazer com que as pessoas alcancem as metas e objetivos propostos através de um tipo de comportamento, atitudes ou cultura. Também cuida dos processos que selecionam as pessoas, treinam, desenvolvem e remuneram as pessoas. Em 2017, foi expressivo o investimento em capacitação dos colaboradores, a média foi de 25 horas por colaborador. Entre eles tiveram cursos obrigatórios e legais, de capacitação e desenvolvimento, além de vivenciar novas realidades com a experiência dos instrutores.

A HIDROPAN continua acompanhando e incentivando os colaboradores a darem seguimento nos estudos, principalmente em relação àqueles que não possuem o nível fundamental e médio completo.

O RH, anualmente realiza uma pesquisa de satisfação do Colaborador, com o objetivo de medir o clima no ambiente de trabalho. Segundo o autor CODA, o clima é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos da organização, tais como políticas de RH, modelo de gestão, missão da empresa, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

**Responsabilidade social:** Cada vez mais, a HIDROPAN vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

**HIDROPAN em números**

<b>Atendimento</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	18.296	18.034	1,45
Número de empregados	53	56	- 5,36
Número de consumidores por empregado	345	322	7,20
Número de localidades atendidas	2	2	-
Número de agências	1	1	-
Número de postos de atendimento	2	2	-
Número de postos de arrecadação	17	19	- 10,53
<b>Mercado</b>			
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	151	151	-
Geração própria (GWh)	2	11	- 85,04
Demanda máxima (MWh/h)	26,96	26,45	1,93
Distribuição direta (GWh)	88	102	- 13,72
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.080	2.082	- 0,10
Tarifas médias anuais de fornecimento (R\$ por MWh)			
Total (exceto curto prazo)	441,84	429,04	2,98
Residencial	549,59	488,40	12,53
Industrial	436,02	336,31	29,65
Comercial	493,42	411,21	19,99
Rural	402,07	310,99	29,29
DEC (horas)	7,23	7,61	- 4,99
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	43.319	43.319	-
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4.980	4.980	-
FEC (número de interrupções)	9,20	8,74	5,26
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,97	0,98	- 1,02
<b>Operacionais</b>			
Número de usinas em operação	0	0	-
Número de subestações	1	1	-
Linhas de distribuição (km)	546,07	540,80	0,97
Capacidade instalada (MWA)	31,56	31,71	- 0,47
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	64.515	64.827	- 0,48
Receita operacional líquida (R\$ mil)	34.659	33.254	4,23
Margem operacional do serviço líquida (%)	10,33	9,06	13,98
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	4.901	4.238	15,64
Lucro líquido (R\$ mil)	2.028	1.790	13,34
Lucro líquido por ação (R\$)	9,42	8,31	13,34
Patrimônio líquido (R\$ mil)	15.445	12.182	26,78
Valor patrimonial por ação (R\$)	71,74	56,59	26,78
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	13,13	14,69	- 10,60
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	77,13	75,96	1,54
<b>Indicadores de performance</b>			
Salário Médio dos Funcionários (R\$)	2.984,76	2.720,17	9,73
Energia Gerada / Comprada por Funcionário em MWh	1.757,13	1.923,14	- 8,63
Energia Gerada / Comprada por Consumidor em MWh	5,09	5,97	- 14,77
Retorno de Ativos por unidade	10,32	9,71	6,36

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da HIDROPAN. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da HIDROPAN.

Panambi – RS, 13 de março de 2018.

A Administração

HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Ativos</b>	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>12.796</b>	<b>8.844</b>
Caixa e equivalentes de caixa		1.804	641
Consumidores	(4)	7.450	6.027
Serviços em curso		51	46
Tributos compensáveis		103	98
Depósitos judiciais e cauções		156	156
Almoxarifado operacional		84	83
Ativos financeiros setoriais	(6)	2.555	1.587
Despesas pagas antecipadamente		31	37
Outros ativos circulantes		561	169
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>32.350</b>	<b>25.899</b>
Tributos compensáveis		95	84
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(8)	130	46
Bens e Direitos para Uso Futuro		-	30
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		32	30
Imobilizado	(5)	30.482	24.467
Intangível		1.611	1.242
<b>Total do ativo</b>		<b>45.146</b>	<b>34.744</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Passivos e Patrimonio Líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>14.293</b>	<b>14.723</b>
Fornecedores		3.137	2.433
Empréstimos e financiamentos	(7)	5.072	5.834
Obrigações sociais e trabalhistas		491	468
Tributos		1.290	782
Dividendos e juros sobre o capital próprio		177	172
Encargos setoriais		2.417	1.691
Passivos financeiros setoriais	(6)	1.017	2.265
Outros passivos circulantes		693	1.077
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>15.409</b>	<b>7.838</b>
Empréstimos e financiamentos	(7)	6.841	3.420
Provisões para litígios	(9)	382	135
Encargos setoriais		250	245
Tributos Diferidos		1.791	339
Passivos financeiros setoriais		141	-
Obrigações vinculadas à concessão	(10)	6.004	3.698
<b>Patrimônio líquido</b>	(11)	<b>15.445</b>	<b>12.182</b>
Capital social		6.500	5.000
Outros resultados abrangentes		3.476	658
Reservas de lucros		5.470	6.526
( - ) Ações próprias em tesouraria		(2)	(2)
<b>Total do passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>45.146</b>	<b>34.744</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Demonstrações do Resultado**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>(12)</b>	<b>64.515</b>	<b>64.827</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		27.293	31.885
Disponibilização do Sistema de Distribuição		33.105	31.744
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		2.837	407
Serviços Cobráveis		83	90
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.197	701
<b>Tributos</b>		<b>(21.686)</b>	<b>(22.170)</b>
ICMS		(15.927)	(16.414)
PIS-PASEP		(1.031)	(1.021)
Cofins		(4.727)	(4.735)
ISS		(0)	(0)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(8.170)</b>	<b>(9.403)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(173)	(166)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(173)	(166)
Conta de Desenvolvimento Economico - CDE		(5.859)	(8.015)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(64)	(76)
Outros Encargos		(1.901)	(981)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>34.659</b>	<b>33.254</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(20.827)</b>	<b>(20.763)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(17.655)	(18.737)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(3.172)	(2.026)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>13.832</b>	<b>12.491</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(10.253)</b>	<b>(9.478)</b>
Pessoal e Administradores	(13)	(6.186)	(5.653)
Material		(481)	(484)
Serviço de terceiros		(1.805)	(1.673)
Arrendamentos e Aluguéis		(73)	(78)
Seguros		(42)	(43)
Doações, Contribuições e Subvenções		(43)	(41)
Provisões		(249)	(193)

( - ) Recuperação de Despesas	60	37
Tributos	(81)	(39)
Depreciação e amortização	(1.321)	(1.225)
Gastos Diversos	(256)	(218)
Outras Receitas Operacionais	406	308
Outras Despesas Operacionais	<u>(183)</u>	<u>(175)</u>
<b>Resultado da Atividade</b>	<b><u>3.579</u></b>	<b><u>3.013</u></b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.682)</b>	<b>(1.366)</b>
Despesas Financeiras	(2.373)	(2.436)
Receitas Financeiras	<u>690</u>	<u>1.070</u>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>	<b><u>1.897</u></b>	<b><u>1.647</u></b>
Despesas com Impostos sobre o Lucro	(14) (618)	(603)
<b>Resultado Líquido do Exercício antes da reversão do JCP</b>	<b><u>1.279</u></b>	<b><u>1.044</u></b>
Reversão dos juros sobre capital próprio	<u>750</u>	<u>746</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b><u>2.028</u></b>	<b><u>1.790</u></b>
<b>Lucro por ação Originado das Operações em Continuidade</b>		
Lucro por ação - R\$	9,42	8,31

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Capital social</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>( - ) Ações Próprias em Tesouraria</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.500</b>	<b>4.551</b>	<b>8.091</b>	<b>(0)</b>	<b>(2)</b>	<b>19.140</b>
Redução de Capital Social:						
com cancelamento de ações	(2.948)	-	-	-	-	<b>(2.948)</b>
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	1.448	-	(1.448)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Tributos s/ajuste de aval.patrimonial	-	(339)	-	-	-	<b>(339)</b>
Realização de Reservas	-	(3.554)	177	-	-	<b>(3.377)</b>
Reversão dividendos	-	-	18	-	-	<b>18</b>
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	1.790	-	<b>1.790</b>
<b>Destinação proposta a A.G.O.:</b>						
Retenção de lucros	-	-	288	(288)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	(600)	(756)	-	<b>(1.356)</b>
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(746)	-	<b>(746)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.000</b>	<b>658</b>	<b>6.526</b>	<b>0</b>	<b>(2)</b>	<b>12.182</b>
Redução de Capital Social:						
com cancelamento de ações	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	1.500	-	(1.500)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.664	-	-	-	<b>4.664</b>
Tributos s/ajuste de aval.patrimonial	-	(1.452)	-	(93)	-	<b>(1.545)</b>
Realização de Reservas	-	(395)	-	275	-	<b>(120)</b>
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	2.028	-	<b>2.028</b>
<b>Destinação proposta a A.G.O.:</b>						
Retenção de lucros	-	-	477	(477)	-	-
Reserva legal	-	-	108	(108)	-	-
Dividendo	-	-	(141)	(874)	-	<b>(1.016)</b>
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(750)	-	<b>(750)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.500</b>	<b>3.476</b>	<b>5.470</b>	<b>0</b>	<b>(2)</b>	<b>15.445</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.  
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Modelo Indireto)**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>2.028</b>	<b>1.790</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.570</b>	<b>1.509</b>
Depreciação e amortização	1.321	1.225
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	39
Baixas líquidas do intangível em serviço	-	175
Provisão para litígios	247	70
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>	<b>(2.885)</b>	<b>7.062</b>
Consumidores	(1.425)	1.226
Serviços em curso	(5)	714
Tributos compensáveis	(100)	115
Depósitos judiciais e cauções	-	(156)
Almoxarifado operacional	(1)	(11)
Ativos financeiros setoriais	(969)	4.420
Despesas pagas antecipadamente	6	16
Outros ativos	(392)	737
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>	<b>2.677</b>	<b>(3.009)</b>
Fornecedores	704	(709)
Obrigações sociais e trabalhistas	23	62
Tributos	2.712	337
Encargos setoriais	730	(1.661)
Passivos financeiros setoriais	(1.107)	(1.292)
Outros passivos	(385)	254
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>3.390</b>	<b>7.352</b>
Encargos de Dívidas Pagos	(976)	(1.110)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(752)	(665)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>1.662</b>	<b>5.577</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>(854)</b>	<b>1.287</b>
Investimentos	(2)	(4)
Aquisição de ativo imobilizado/Intangível	(1.031)	(2.223)
Baixas líquidas do imobilizado/intangível em serviço	(80)	3.128
Participação financeira do consumidor	259	386
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>354</b>	<b>(6.622)</b>
Redução do capital social	-	(2.948)
Empréstimos e financiamentos	3.634	(1.625)
Distribuição de dividendos	(1.011)	(1.303)
Juros sobre o capital próprio	(750)	(746)
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.518)	-
<b>Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.163</b>	<b>241</b>
<b>Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Saldo inicial de caixa	641	400
Saldo final de caixa	1.804	641
	<b>1.163</b>	<b>241</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)**

**1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela HIDROPAN é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a HIDROPAN está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo. Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a HIDROPAN pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro do seu negócio. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

**2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

**3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 08 a 34, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2017. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da concessionária, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reserva de reavaliação:** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de janeiro de 2017.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da HIDROPAN é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

#### 4. Consumidores

##### Composição das contas a receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2017	TOTAL 2016	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER	RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias				Mais de 60 dias
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>6.369</b>	-	<b>878</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>47</b>	<b>(69)</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	-	<b>(1)</b>	<b>7.282</b>	<b>6.027</b>
- Residencial	2.493	-	629	8	13	36	(55)	1	2	-	-	(1)	3.127	2.808
- Industrial	1.082	-	92	-	12	3	(3)	-	-	-	-	-	1.187	781
- Comercial	1.243	-	106	2	2	5	(7)	11	3	1	-	-	1.367	1.069
- Rural	156	-	16	-	0	0	(0)	-	-	-	-	-	172	113
- Poderes Públicos	165	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173	144
- Iluminação Pública	177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177	143
- Serviço Público	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153	120
- Serviço Taxado	48	-	28	1	1	3	(4)	-	-	-	-	-	76	64
- Fornecimento Não Faturado	852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	852	786
- ( - ) Arrecadação Processo Classif.	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(0)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.369</b>	-	<b>878</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>47</b>	<b>(69)</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	-	<b>(1)</b>	<b>7.282</b>	<b>6.027</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados: 1) Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos; 2) Casos normais, conforme MCSPEE, sendo: a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias; c) Industrial, poder público e iluminação pública, vencidos há mais de 360 dias.

## 5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>35.547</b>	<b>1.626</b>	<b>(349)</b>	-	<b>10.511</b>	<b>47.336</b>	<b>1.277</b>	<b>(17.946)</b>	<b>29.390</b>	<b>23.005</b>	<b>(7.333)</b>	<b>1.375</b>	<b>(5.959)</b>
Terrenos	532	-	-	-	161	693	-	-	693	532	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	782	9	-	-	236	1.027	9	(238)	789	630	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	33.150	1.617	(349)	-	9.801	44.219	1.268	(16.454)	27.765	21.665	(7.333)	1.375	(5.959)
Veículos	1.004	-	-	-	268	1.271	-	(1.143)	128	170	-	-	-
Móveis e Utensílios	80	-	-	-	45	125	-	(111)	14	8	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.822</b>	<b>94</b>	<b>(45)</b>	-	<b>450</b>	<b>2.321</b>	<b>48</b>	<b>(1.927)</b>	<b>394</b>	<b>371</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.510	58	(45)	-	296	1.818	13	(1.529)	290	299	-	-	-
Veículos	128	36	-	-	21	185	36	(124)	61	32	-	-	-
Móveis e Utensílios	185	-	-	-	133	318	-	(274)	44	40	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>37.370</b>	<b>1.720</b>	<b>(394)</b>	-	<b>10.961</b>	<b>49.656</b>	<b>1.326</b>	<b>(19.873)</b>	<b>29.784</b>	<b>23.375</b>	<b>(7.333)</b>	<b>1.375</b>	<b>(5.959)</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>1.081</b>	<b>2.599</b>	<b>(2.981)</b>	-	-	<b>698</b>	<b>(382)</b>	-	<b>698</b>	<b>1.081</b>	<b>(46)</b>	-	<b>(46)</b>
Máquinas e Equipamentos	495	1.166	(1.634)	-	-	27	(468)	-	27	495	(46)	-	(46)
Outros	586	1.433	(1.347)	-	-	672	86	-	672	586	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>11</b>	<b>143</b>	<b>(154)</b>	-	-	-	<b>(11)</b>	-	-	<b>11</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	106	(106)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	11	37	(49)	-	-	-	(11)	-	-	11	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.092</b>	<b>2.742</b>	<b>(3.135)</b>	-	-	<b>698</b>	<b>(394)</b>	-	<b>698</b>	<b>1.092</b>	<b>(46)</b>	-	<b>(46)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>38.462</b>	<b>4.462</b>	<b>(3.530)</b>	-	<b>10.961</b>	<b>50.355</b>	<b>932</b>	<b>(19.873)</b>	<b>30.482</b>	<b>24.467</b>	<b>(7.379)</b>	<b>1.375</b>	<b>(6.004)</b>

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>1.590</b>	-	-	-	<b>483</b>	<b>2.072</b>	-	<b>(549)</b>	<b>1.524</b>	<b>1.169</b>
Servidões	1.169	-	-	-	355	1.524	-	-	1.524	1.169
Softwares	421	-	-	-	128	549	-	(549)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>490</b>	<b>8</b>	-	-	<b>132</b>	<b>630</b>	<b>8</b>	<b>(569)</b>	<b>61</b>	<b>73</b>
Softwares	490	-	-	(60)	114	544	(60)	(491)	53	73
Outros	-	8	-	60	18	86	68	(78)	8	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.080</b>	<b>8</b>	-	-	<b>615</b>	<b>2.702</b>	<b>8</b>	<b>(1.117)</b>	<b>1.585</b>	<b>1.242</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	-	<b>26</b>	-	-	-	<b>26</b>	<b>26</b>	-	<b>26</b>	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	26	-	-	-	26	26	-	26	-
<b>Administração</b>	-	<b>8</b>	<b>(8)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	8	(8)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>34</b>	<b>(8)</b>	-	-	<b>26</b>	<b>26</b>	-	<b>26</b>	-
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>2.080</b>	<b>42</b>	<b>(8)</b>	-	<b>615</b>	<b>2.728</b>	<b>34</b>	<b>(1.117)</b>	<b>1.611</b>	<b>1.242</b>

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>33.150</b>	<b>1.617</b>	<b>(349)</b>	<b>-</b>	<b>9.801</b>	<b>44.219</b>	<b>1.268</b>
Transformador de Distribuição	2.621	154	(84)	-	(173)	2.518	70
Medidor	4.517	223	(85)	-	(234)	4.421	138
Redes Baixa Tensão ( < 2,3 kV)	577	307	(37)	-	(21)	826	270
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	14.248	932	(132)	-	6.847	21.894	799
Redes Alta Tensão (69 kV)	7.713	-	-	-	2.344	10.057	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão ( >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	3.432	-	-	-	1.056	4.487	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	43	2	(10)	-	(17)	17	(9)
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(3.725)</b>	<b>(1.246)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.362)</b>	<b>(7.333)</b>	<b>(1.246)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(3.725)	(430)	-	-	(2.356)	(6.511)	(430)
Outros	-	(815)	-	-	(7)	(822)	(815)
Originadas da Receita	-	(815)	-	-	(7)	(822)	(815)
Ultrapassagem de demanda	-	(351)	-	-	(7)	(358)	(351)
Excedente de reativos	-	(464)	-	-	-	(464)	(464)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição		<b>47.336</b>	<b>(17.946)</b>	<b>29.390</b>	<b>23.005</b>
Custo Histórico	3,32%	31.953	(9.514)	22.439	22.041
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		15.383	(8.432)	6.951	964
Administração		<b>2.321</b>	<b>(1.927)</b>	<b>394</b>	<b>371</b>
Custo Histórico	8,89%	1.473	(1.140)	333	349
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		847	(787)	61	21
Comercialização		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		<b>49.656</b>	<b>(19.873)</b>	<b>29.784</b>	<b>23.375</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		698	-	698	1.081
Administração		-	-	-	11
Comercialização		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		<b>698</b>	<b>-</b>	<b>698</b>	<b>1.092</b>
		<b>50.355</b>	<b>(19.873)</b>	<b>30.482</b>	<b>24.467</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Mão de Obra Própria</b>	<b>Juros Capitalizados</b>	<b>Depreciação /Amortização</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	690	52	430	-	-	44	<b>1.215</b>
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	10	7	-	-	-	-	<b>16</b>
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	36	-	-	-	-	-	<b>36</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>735</b>	<b>59</b>	<b>430</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44</b>	<b>1.268</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação ( % )
<b>Geração</b>	
Gerador	3,33%
Turbina hidráulica	2,50%
Reservatório, barragens e adutoras	2,00%
<b>Distribuição</b>	
Transformador de distribuição	4,00%
Medidor	7,69%
Estrutura do sistema	3,57%
Condutor do sistema	3,57%
Regulador de tensão	4,35%
Religador de tensão	4,00%
Banco de capacitores	6,67%
<b>Administração</b>	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	RETIFICADOR/CARREGADOR DE BATERIAIS MICROPROCESSADO	77.890,61
2	CHAVE SECCIONADORA CLASSE DE TENSÃO 15kV	54.898,80
3	RELIGADOR DE TENSÃO 27kV, CORRENTE NOMINAL 800A, TRIFASICO	44.569,09
4	RELIGADOR DE TENSÃO 27kV, CORRENTE NOMINAL 800A, TRIFASICO	44.569,09
5	RELIGADOR DE TENSÃO 27kV, CORRENTE NOMINAL 800A, TRIFASICO	44.569,09
6	SAVEIRO ROBUST 1.6 FLEX 2017	31.894,58
7	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 09M, 300 DAN	30.115,55
8	CONDUTOR DE ALUMÍNIO, ISOLADO-XLPE, 3 X 1 X 50MM <sup>2</sup> +50MM <sup>2</sup> , TRI	29.738,20
9	CONDUTOR DE ALUMÍNIO, ISOLADO-XLPE, 3 X 1 X 50MM <sup>2</sup> +50MM <sup>2</sup> , TRI	27.140,99
10	RELE ELETRONICO DE CONTROLE PARA RELIGADOR MODELO NOVA 27	21.270,41

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	RACK C/CABOS, CONECTORES E ACESSÓRIOS, ADQUIRIDO E INSTALADO	6.040,37
2	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 45KVA, TRIFÁSICO	5.892,06
3	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 45KVA, TRIFÁSICO	5.684,49
4	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 45KVA, TRIFÁSICO	5.290,18
5	MEDIDOR ELETROMECANICO DE ENERGIA TRIFÁSICO	4.563,25
6	MEDIDOR ELETRONICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMAVEL TRIFÁSICO	3.131,31
7	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 75KVA, TRIFÁSICO	2.675,58
8	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO 112,5KVA, TRIFÁSICO	2.601,74
9	MEDIDOR ELETROMECANICO DE ENERGIA TRIFÁSICO	2.390,27
10	BANCADA PARA TESTE EQUIPAMENTO TESTE DE RIGIDEZ	1.716,69

## **6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais.

### **a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2017, logo após o final da vigência do RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores do RTA continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”. Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a HIDROPAN transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

### **b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

#### **i) Neutralidade da Parcela A**

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

<b>Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Valores em Amortização</b>	<b>Valores em Constituição</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>CVA Ativa</b>	<b>781</b>	<b>1.841</b>	<b>(1.156)</b>	<b>172</b>	<b>(114)</b>	<b>1.525</b>	<b>567</b>	<b>958</b>	<b>1.525</b>	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	263	1.286	(502)	84	-	1.131	449	682	1.131	-
Proinfa	60	7	(62)	2	-	7	-	7	7	-
Transporte Rede Básica	14	323	(45)	6	-	299	30	269	299	-
CDE	444	225	(547)	80	(114)	88	88	-	88	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>805</b>	<b>1.195</b>	<b>(990)</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>1.030</b>	<b>385</b>	<b>645</b>	<b>1.030</b>	-
Neutralidade da Parcela A	751	893	(812)	27	-	859	214	645	859	-
Outros	54	302	(177)	(7)	-	172	172	-	172	-
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.587</b>	<b>3.036</b>	<b>(2.146)</b>	<b>192</b>	<b>(114)</b>	<b>2.555</b>	<b>952</b>	<b>1.603</b>	<b>2.555</b>	<b>-</b>

<b>Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Valores em Amortização</b>	<b>Valores em Constituição</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>CVA Passiva</b>	<b>828</b>	<b>1.136</b>	<b>(1.047)</b>	<b>95</b>	<b>(120)</b>	<b>892</b>	<b>737</b>	<b>155</b>	<b>892</b>	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	162	326	(330)	5	-	163	163	-	163	-
Proinfa	13	73	(46)	6	-	45	45	-	45	-
Transporte Rede Básica	126	1	(124)	3	(6)	1	1	-	1	-
CDE	527	737	(547)	81	(114)	683	528	155	683	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.437</b>	<b>375</b>	<b>(1.561)</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>266</b>	<b>125</b>	<b>141</b>	<b>125</b>	<b>141</b>
Neutralidade da Parcela A	-	130	(68)	6	-	68	68	-	68	-
Devoluções Tarifárias	-	59	(30)	-	-	30	30	141	30	141
Outros	1.437	186	(1.463)	5	4	169	27	-	27	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>2.265</b>	<b>1.512</b>	<b>(2.608)</b>	<b>105</b>	<b>(116)</b>	<b>1.158</b>	<b>862</b>	<b>296</b>	<b>1.017</b>	<b>141</b>

## 7. Empréstimos e Financiamentos

### Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz. Amortização	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total	
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>276</b>	<b>4.695</b>	<b>6.086</b>	<b>11.057</b>	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	3.137	1.818	1.117	725	21	-	6.818	
Caixa Econômica Federal - BNDES FINAME	0	112	457	569	Sim	dez-12	Aval/Fiança	Não há	3,00%	15/01/18	Mensal	15/01/18	30/04/23	Mensal	Price	125	125	125	125	21	-	519	
Centrais Elétricas Brasileiras - RGR	13	1.978	761	2.752	Sim	mar-12	Aval/Fiança	Não há	7,00%	30/01/18	Mensal	30/01/18	30/08/19	Mensal	Price	1.217	-	-	-	-	-	-	1.217
Caixa Econômica Federal - Capital Giro	10	38	-	49	Sim	set-14	Aval/Fiança	Não há	18,68%	25/01/18	Mensal	25/01/18	25/02/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Capital de Giro	35	78	-	112	Sim	fev-15	Aval/Fiança	Não há	30,60%	02/01/18	Mensal	02/01/18	01/03/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Itr)	1	10	-	11	Sim	fev-16	Aval/Fiança	Não há	17,88%	16/01/18	Mensal	16/01/18	16/02/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Lettel)	2	10	-	11	Sim	dez-15	Aval/Fiança	Não há	17,04%	16/01/18	Mensal	16/01/18	16/12/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Eipse)	1	4	6	11	Sim	mai-16	Aval/Fiança	Não há	14,91%	16/01/18	Mensal	16/01/18	16/05/20	Mensal	Price	6	2	-	-	-	-	-	8
Banco do Brasil - Cartão BNDES (MGSE)	10	34	51	96	Sim	mai-16	Aval/Fiança	Não há	14,91%	16/01/18	Mensal	16/01/18	16/06/20	Mensal	Price	45	22	-	-	-	-	-	67
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Adelco)	2	10	16	28	Sim	ago-16	Aval/Fiança	Não há	15,39%	16/01/18	Mensal	16/01/18	16/08/20	Mensal	Price	12	8	-	-	-	-	-	21
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Teevo)	1	7	-	8	Sim	ago-16	Aval/Fiança	Não há	14,33%	16/01/18	Mensal	16/01/18	16/08/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Capital de Giro	21	500	1.250	1.771	Sim	mai-17	Aval/Fiança	CDI	7,47%	03/01/18	Mensal	03/01/18	01/06/21	Mensal	SAC	576	530	264	-	-	-	-	1.370
Santander - Capital de Giro	140	551	1.145	1.836	Sim	mar-17	Recebíveis	CDI	5,28%	29/01/18	Mensal	29/01/18	29/03/21	Mensal	SAC	556	530	128	-	-	-	-	1.215
Sicredi - Cartão BNDES (Bo)	0	20	-	21	Sim	jul-17	Aval/Fiança	Não há	14,30%	23/01/18	Mensal	23/01/18	23/05/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Cartão BNDES (Agis)	0	8	-	8	Sim	jul-17	Aval/Fiança	Não há	14,30%	23/01/18	Mensal	23/01/18	23/05/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Capital de Giro	37	652	-	689	Sim	set-14	Aval/Fiança	CDI	12,82%	02/01/18	Mensal	02/01/18	24/08/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Cartão BNDES (Bo)	0	42	-	43	Sim	nov-17	Aval/Fiança	Não há	17,46%	24/01/18	Mensal	24/01/18	24/07/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Cartão BNDES (Bo)	0	5	-	5	Sim	nov-17	Aval/Fiança	Não há	17,46%	24/01/18	Mensal	24/01/18	24/07/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Cartão BNDES (WEG)	0	34	-	35	Sim	out-17	Aval/Fiança	Não há	17,46%	24/01/18	Mensal	24/01/18	24/06/18	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicredi - Capital de Giro	2	600	2.400	3.002	Sim	dez-17	Aval/Fiança	CDI	7,03%	20/01/18	Mensal	20/01/18	20/12/22	Mensal	SAC	600	600	600	600	-	-	-	2.400
<b>Mútuos Passivos</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>755</b>	<b>856</b>	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-
Herbert Knorr	1	100	755	856	Sim	jul-15	Não há	Selic	6,90%	01/10/17	Anual	31/07/18	31/07/18	Anual	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-

### Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
<b>Ativos Financeiros</b>	-	<b>1.804</b>	-	<b>1.804</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	-	<b>1.804</b>	-	<b>1.804</b>
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	-	<b>1.804</b>		1.804
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

<b>RESUMO</b>	<b>Juros de Curto Prazo</b>	<b>Principal Curto Prazo</b>	<b>Principal + Juros LP</b>	<b>Total 2017</b>	<b>Total 2016</b>
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>277</b>	<b>4.795</b>	<b>6.841</b>	<b>11.913</b>	<b>9.255</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	276	4.695	6.086	11.057	8.495
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	1	100	755	856	760
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso				-	-
Tributária Corrente em Atraso				-	-
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(1.804)</b>	<b>-</b>	<b>(1.804)</b>	<b>(641)</b>
Alta Liquidez		(1.804)		(1.804)	(641)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>277</b>	<b>2.991</b>	<b>6.841</b>	<b>10.109</b>	<b>8.613</b>
<b>(+/-) Derivativos / Fair Value</b>					
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>277</b>	<b>2.991</b>	<b>6.841</b>	<b>10.109</b>	<b>8.613</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisões para litígios	382	135
<b>Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos</b>	<u>382</u>	<u>135</u>
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34%	34%
<b>Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias</b>	<u>130</u>	<u>46</u>
Circulante	-	-
Não Circulante	130	46
<b>Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias</b>	<u>130</u>	<u>46</u>

## 9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	-	135	-	-	-	-	<b>135</b>
Constituição	15	146	-	-	218	-	<b>379</b>
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	(6)	-	-	-	-	<b>(6)</b>
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(126)	-	-	-	-	<b>(126)</b>
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>15</b>	<b>149</b>	-	-	<b>218</b>	-	<b>382</b>
<b>Circulante</b>	<b>15</b>	<b>149</b>	-	-	<b>218</b>	-	<b>382</b>
<b>Não Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-

## 10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		4.952	19	2.362	7.333
Participação Financeira do Consumidor		4.137	19	2.356	6.511
Outros		815	-	7	822
Ultrapassagem de demanda		351	-	7	358
Excedente de reativos		464	-	-	464
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		(1.084)	(8)	(283)	(1.375)
Participação Financeira do Consumidor	3,17%	(1.066)	(8)	(283)	(1.357)
Outros		(18)	-	(0)	(18)
Ultrapassagem de demanda		(8)	-	(0)	(8)
Excedente de reativos		(10)	-	-	(10)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>3.868</b>	<b>11</b>	<b>2.079</b>	<b>5.959</b>

A movimentação ocorrida no exercício pode ser assim resumida:

<b>Obrigações Especiais - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2016</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transfe-rências (C)</b>	<b>Reava- liação</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2017</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</b>	<b>Amorti-zação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2017</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2016</b>
<b>Em serviço</b>	<b>3.725</b>	<b>1.246</b>	-	-	<b>2.362</b>	<b>7.333</b>	<b>1.246</b>	<b>(1.375)</b>	<b>5.959</b>	<b>2.802</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3.725	430	-	-	2.356	6.511	430	(1.357)	5.155	2.802
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	815	-	-	7	822	815	(18)	804	-
Ultrapassagem de demanda	-	351	-	-	7	358	351	(8)	350	-
Excedente de reativos	-	464	-	-	-	464	464	(10)	454	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>896</b>	<b>458</b>	<b>(812)</b>	<b>(496)</b>	-	<b>46</b>	<b>(850)</b>	-	<b>46</b>	<b>896</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	100	362	-	(431)	-	31	(70)	-	31	100
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	796	96	(812)	(64)	-	15	(781)	-	15	796
Ultrapassagem de demanda	345	38	(351)	(25)	-	6	(339)	-	6	345
Excedente de reativos	451	58	(461)	(39)	-	9	(442)	-	9	451
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.621</b>	<b>1.703</b>	<b>(812)</b>	<b>(496)</b>	<b>2.362</b>	<b>7.379</b>	<b>395</b>	<b>(1.375)</b>	<b>6.004</b>	<b>3.698</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### 11.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 6.500.000,00 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias	%
1 Walter Alfredo Loose	22.480	10,442
2 Udo Carlos Loose	18.520	8,603
3 Ruy Knorr	19.809	9,201
4 Otto Willy Knorr	14.880	6,912
5 Watan Adm.e Partic.S/A	14.874	6,909
6 Paulo Knorr	12.428	5,773
7 Ingon Knorr Weiler	11.429	5,309
8 Eduardo Knorr	11.358	5,276
9 Vera Knorr	11.282	5,241
10 Herbert Knorr	10.433	4,846
11 Edgar Knorr	10.055	4,671
12 Viviane Knorr Sander	5.642	2,621
13 Marcelo Knorr	4.960	2,304
14 Ellen Suzane Knorr de Moura	4.960	2,304
15 Carlos Ernesto Knorr	4.960	2,304
16 Mirian Knorr Silva	4.137	1,922
17 Enio Luiz Knorr	4.137	1,922
18 Denise Knorr	4.137	1,922
19 Carlos N. Lieberknecht	2.987	1,387
20 Walter Ernesto Knorr	2.469	1,147
21 Companhia Riograndense de Saneamento	567	0,263
22 A F. Transportes Ltda	91	0,042
24 Ações em tesouraria	66	0,031
25 Bruno Fockink	62	0,029
26 Enio Stalhofer	34	0,016
27 Lars Knorr	3	0,001
28 Eugenio Carlos Knorr	3	0,001
29 Ações <i>Sub-Judice</i> - Tit. Walter Alfredo Loose	9.260	4,301
30 Ações <i>Sub-Judice</i> - Tit. Udo Carlos Loose	9.260	4,301
<b>TOTAL</b>	<b>215.283</b>	<b>91,40</b>

## 11.2 Reservas de lucros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva legal	1.108	1.000
Reserva Retenção de lucros	<u>4.362</u>	<u>5.526</u>
	<u><b>5.470</b></u>	<u><b>6.526</b></u>

Reserva Legal é constituída aplicando-se 5% sobre o lucro líquido do exercício de cada ano, conforme legislação societária. A HIDROPAN não atingiu o limite societário de 20% sobre o capital social para constituição de Reserva Legal. A constituição da Reserva Retenção de Lucros tem o objetivo de atender ao fluxo orçamentário de capital e de investimentos.

## 11.3 Outros resultados abrangentes

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de janeiro de 2017.

## 12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>18.296</b>	<b>18.034</b>	<b>88.033</b>	<b>102.037</b>	<b>58.000</b>	<b>63.802</b>
Residencial	16.511	16.271	34.631	34.288	27.719	27.925
Industrial	142	1.138	22.157	36.616	11.395	17.709
Comercial	1.178	163	17.476	17.503	12.148	11.886
Rural	278	274	3.248	3.131	1.293	1.168
Poder público	155	155	2.464	2.520	1.790	1.766
Iluminação pública	9	9	5.113	5.016	2.005	1.786
Serviço público	23	24	2.944	2.963	1.649	1.562
<b>Suprimento Faturado</b>						
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>24.288</b>	<b>1.787</b>	<b>2.562</b>	<b>198</b>
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres	4	2	24.288	1.787	2.562	198
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>						
<b>(-) Transferências</b>					<b>(230)</b>	<b>(230)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					<b>(99)</b>	<b>(110)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					<b>(131)</b>	<b>(120)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>66</b>	<b>(141)</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					1.255	(1.320)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					30	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					1.552	1.728
Serviços Cobráveis					83	90
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.197	701
<b>Total</b>	<b>18.300</b>	<b>18.036</b>	<b>112.321</b>	<b>103.824</b>	<b>64.515</b>	<b>64.827</b>

**13. Pessoal e Administradores**

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>4.181</b>	<b>3.878</b>
Remuneração	2.345	2.118
Encargos	940	798
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	22	47
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	794	715
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	81	201
<b>Administradores</b>	<b>2.004</b>	<b>1.775</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.875	1.661
Benefícios dos administradores	129	114
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>6.186</b>	<b>5.653</b>

#### 14. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

Em 2017, baseados no planejamento tributário e demais análises de conjuntura, as quais demonstravam uma perspectiva de que as tarifas não acompanhariam o crescimento de mercado de energia por consequência uma queda nos resultados da empresa, optamos pela sistemática de apuração do Imposto de Renda baseada no Regime de Tributação do Lucro Real.

##### Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.034	1.743	2.034	1.743
Reversão dos juros sobre capital próprio	750	746	750	746
<b>Lucro ajustado</b>	<b>2.783</b>	<b>2.488</b>	<b>2.783</b>	<b>2.488</b>
<b>Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)</b>	<b>251</b>	<b>224</b>	<b>672</b>	<b>598</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>				
Efeito líquido juros sobre capital próprio	(67)	(67)	(187)	(186)
Efeito das adições permanentes e temporárias	94	80	260	222
Efeito das exclusões	(83)	(63)	(231)	(174)
Diferimento/Reversão IRPJ e CSLL diferidos	(22)	(6)	(62)	(18)
<b>Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)</b>	<b>171</b>	<b>168</b>	<b>452</b>	<b>442</b>
Incentivos fiscais	-	-	(5)	(7)
<b>Contribuição social e imposto de renda no resultado</b>	<b>171</b>	<b>168</b>	<b>447</b>	<b>435</b>

#### 15. Revisão e Reajuste Tarifário

##### 15.1 Revisão Tarifária Periódica

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigido os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base de 22 de julho, deduzido o Fator X. A cada quatro anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que

determina a remuneração da concessionária. O quarto ciclo de revisão tarifária periódica da Hidropan ocorreu em 22 de julho de 2017, sendo que a próxima ocorrerá em 22 de julho de 2022, denominado de quinto ciclo de revisão tarifária periódica (5CRTP). As metodologias aplicáveis a quarta revisão tarifária periódica das concessionárias são definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

### **15.2 Reajuste Tarifário Anual**

Em 11 de julho de 2017, através da Resolução Homologatória nº 2.268, a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da HIDROPAN. A Revisão Tarifária de 2017 da HIDROPAN conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 12,85%, sendo de 21,52%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 8,10%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. O efeito médio nas tarifas de 12,85% decorre: (i) do reposicionamento dos itens de custos de Parcela A e B, que contribui para o efeito médio em 9,50%, ao se ter como base de comparação os custos de Parcela A e B atualmente contidos nas tarifas; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual processo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, com efeito de -0,27%; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data da revisão, que contribuíram para a um efeito de 3,62% no atual processo tarifário da HIDROPAN. 155. Desse modo, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, de 12,85%, representa a conjugação dos três movimentos tarifários acima explicitados  $[12,85\% = + (9,50\%) + (-0,27\%) + (3,62\%)]$ . As novas tarifas entraram em vigor em 22 de julho de 2017 e são fixadas e publicadas pela ANEEL sem os impostos, devendo ainda ser acrescidos do PIS, COFINS e ICMS.

### **15.3 Composição da Base de Remuneração**

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, e a quota de depreciação regulatória fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.268, de 11/07/2017. Em 2017, por ocasião da revisão tarifária periódica, esta parcela do investimento foi assim formada:

Descrição	
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	45.018.483
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	6.929.087
(4) Bens Totalmente Depreciados	5.072.509
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>33.016.886</b>
(6) Depreciação Acumulada	16.152.608
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	28.865.874
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	28.865.874
(10) Almojarifado em Operação	65.807
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	5.758.297
(13) Terrenos e Servidões	2.199.274
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>25.372.659</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,76%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	1.241.435
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	120.648
<b>(20) Remuneração do Capital</b>	<b>3.231.336</b>

## 16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a HIDROPAN seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a HIDROPAN seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Nota de Ajuste	2017			2016		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>ATIVOS</b>							
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.462</b>	<b>667</b>	<b>12.796</b>	<b>9.425</b>	<b>581</b>	<b>8.844</b>
Caixa e equivalentes de caixa		1.804	-	1.804	641	-	641
Consumidores		7.450	-	7.450	6.027	-	6.027
Serviços em curso		51	-	51	46	-	46
Tributos compensáveis		103	-	103	98	-	98
Depósitos judiciais e cauções		156	-	156	156	-	156
Almoxarifado operacional		750	667	84	664	581	83
Ativos financeiros setoriais		2.555	-	2.555	1.587	-	1.587
Despesas pagas antecipadamente		31	-	31	37	-	37
Outros ativos circulantes		561	-	561	169	-	169
<b>Ativo Não circulante</b>		<b>21.214</b>	<b>(11.137)</b>	<b>32.350</b>	<b>21.620</b>	<b>(4.279)</b>	<b>25.899</b>
Tributos compensáveis		95	-	95	84	-	84
Imposto de Renda e contribuição social diferidos		130	-	130	46	-	46
Ativo financeiro da concessão	16.1	2.574	2.574	-	2.563	2.563	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		-	-	-	60	30	30
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		32	-	32	-	(30)	30
Imobilizado		-	(30.482)	30.482	-	(24.467)	24.467
Intangível	16.1	18.383	16.771	1.611	18.867	17.626	1.242
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>34.676</b>	<b>(10.470)</b>	<b>45.146</b>	<b>31.045</b>	<b>(3.698)</b>	<b>34.744</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**  
**BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

	Nota de Ajuste	2017			2016		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo Circulante</b>		<b>14.293</b>	-	<b>14.293</b>	<b>14.858</b>	-	<b>14.858</b>
Fornecedores		3.137	-	3.137	2.433	-	2.433
Empréstimos e financiamentos		5.072	-	5.072	5.834	-	5.834
Obrigações sociais e trabalhistas		491	-	491	468	-	468
Tributos		1.290	-	1.290	782	-	782
Provisões para litígios		-	-	-	135	-	135
Dividendos e juros sobre o capital próprio		177	-	177	172	-	172
Encargos setoriais		2.417	-	2.417	1.691	-	1.691
Passivos financeiros setoriais		1.017	-	1.017	2.265	-	2.265
Outros passivos circulantes		693	-	693	1.077	-	1.077
<b>Passivo Não circulante</b>		<b>7.886</b>	-	<b>7.523</b>	<b>4.005</b>	-	<b>3.698</b>
Empréstimos e financiamentos		6.841	-	6.841	3.420	-	3.420
Provisões para litígios		382	-	382	-	-	-
Encargos setoriais		250	-	250	245	-	245
Tributos Diferidos		272	-	1.518	339	-	339
Passivos financeiros setoriais		141	-	141	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão		-	-	6.004	-	-	3.698
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>12.497</b>	-	<b>2.947</b>	<b>12.182</b>	-	<b>12.182</b>
Capital social		6.500	-	6.500	5.000	-	5.000
Outros Resultados Abrangentes	16.3	529	-	2.947	658	-	658
Reservas de lucros		5.470	-	5.470	6.526	-	6.526
( - ) Ações próprias em tesouraria		-	2	-	-	2	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>34.676</b>	-	<b>10.470</b>	<b>45.146</b>	<b>31.045</b>	-
						<b>3.698</b>	<b>34.744</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**  
**DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	Nota de Ajuste	2017			2016		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Operações em Continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>64.515</b>	-	<b>64.515</b>	<b>64.827</b>	-	<b>64.827</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		27.293	-	27.293	31.885	-	31.885
Disponibilização do Sistema de Distribuição		33.105	-	33.105	31.744	-	31.744
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	6	2.837	-	2.837	407	-	407
Serviços Cobráveis		83	-	83	90	-	90
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.197	-	1.197	701	-	701
<b>Tributos</b>		<b>(21.686)</b>	-	<b>(21.686)</b>	<b>(22.170)</b>	-	<b>(22.170)</b>
ICMS		(15.927)	-	(15.927)	(16.414)	-	(16.414)
PIS-PASEP		(1.031)	-	(1.031)	(1.021)	-	(1.021)
Cofins		(4.727)	-	(4.727)	(4.735)	-	(4.735)
ISS		(0)	-	(0)	(0)	-	(0)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(8.170)</b>	-	<b>(8.170)</b>	<b>(9.403)</b>	-	<b>(9.403)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(173)	-	(173)	(166)	-	(166)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(173)	-	(173)	(166)	-	(166)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(5.859)	-	(5.859)	(8.015)	-	(8.015)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(64)	-	(64)	(76)	-	(76)
Outros Encargos		(1.901)	-	(1.901)	(981)	-	(981)
<b>Receita líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>34.659</b>	-	<b>34.659</b>	<b>33.254</b>	-	<b>33.254</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(20.827)</b>	-	<b>(20.827)</b>	<b>(20.763)</b>	-	<b>(20.763)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(17.655)	-	(17.655)	(18.737)	-	(18.737)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão		(3.172)	-	(3.172)	(2.026)	-	(2.026)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>13.832</b>	-	<b>13.832</b>	<b>12.491</b>	-	<b>12.491</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	16.4	<b>(10.116)</b>	<b>137</b>	<b>(10.253)</b>	<b>(9.382)</b>	<b>96</b>	<b>(9.478)</b>
Pessoal e Administradores	13	(6.186)	-	(6.186)	(5.653)	-	(5.653)
Material		(481)	-	(481)	(484)	-	(484)
Serviço de Terceiros		(1.805)	-	(1.805)	(1.673)	-	(1.673)
Arrendamentos e Aluguéis		(73)	-	(73)	(78)	-	(78)
Seguros		(42)	-	(42)	(43)	-	(43)
Doações, Contribuições e Subvenções		(43)	-	(43)	(41)	-	(41)
Provisões		(249)	-	(249)	(193)	-	(193)
( - ) Recuperação de Despesas		60	-	60	37	-	37
Tributos		(81)	-	(81)	(39)	-	(39)
Depreciação e Amortização		(1.184)	137	(1.321)	(1.129)	96	(1.225)
Gastos Diversos		(1.530)	(1.275)	(256)	(2.266)	(2.048)	(218)
Outras Receitas Operacionais	16.2	1.680	1.275	406	2.355	2.048	308
Outras Despesas Operacionais		(183)	-	(183)	(175)	-	(175)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>3.716</b>	<b>137</b>	<b>3.579</b>	<b>3.109</b>	<b>96</b>	<b>3.013</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(1.682)</b>	-	<b>(1.682)</b>	<b>(1.366)</b>	-	<b>(1.366)</b>
Despesa Financeira		(2.373)	-	(2.373)	(2.436)	-	(2.436)
Receita Financeira		690	-	690	1.070	-	1.070
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>		<b>2.034</b>	<b>137</b>	<b>1.897</b>	<b>1.743</b>	<b>96</b>	<b>1.647</b>
Despesas com Impostos sobre o Lucro		(618)	-	(618)	(576)	28	(603)
<b>Resultado Líquido do Exercício antes da reversão do JCP</b>	16.4	<b>1.415</b>	<b>137</b>	<b>1.279</b>	<b>1.167</b>	<b>123</b>	<b>1.044</b>
<b>Atribuível Aos:</b>							
Acionistas Controladores		747	-	747	743	-	743
Acionistas Não Controladores		3	-	3	2	-	2
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.165</b>	<b>137</b>	<b>2.028</b>	<b>1.913</b>	<b>123</b>	<b>1.790</b>
Lucro por ação Originado das Operações em Continuidade							
<b>Lucro por ação - R\$</b>		<b>10,06</b>	0,63500	<b>9,42</b>	<b>8,88</b>	0,57	<b>8,31</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

### **16.1 Efeitos de contabilização do contrato de concessão (ICPC 01)**

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

#### **16.1.1 Ativo financeiro**

Conforme descrito na nota explicativa nº 16.1, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

#### **16.1.2 Ativo intangível**

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de

aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### 16.2 Receita e Custo de construção (resultado)

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### 16.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
Saldos no início do exercício	658		4.551
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>			
Reavaliação regulatória compulsória	4.664		-
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	275	-
Baixas - reavaliação regulatória compulsória	-	120	-
Tributos Diferidos - reavaliação regulatória compulsória	-	1.452	-
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b><u>3.476</u></b>		<b><u>658</u></b>

Reavaliação regulatória compulsória - é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de janeiro de 2017.

### 16.4 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.165		1.913
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>			
Ativos e passivos financeiros setoriais	-		-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(137)		(123)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<b><u>2.028</u></b>		<b><u>1.790</u></b>

## **DIRETORIA**

Eduardo Knorr Diretor CPF – 543.366.780-49	Olávio José Melchiors Diretor CPF – 249.848.509-06
--	--

Lázaro de Moura Schumann  
Contador – CRC/RS Nº 77.515  
CPF – 967.608.770-04

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Otto Willy Knorr CPF – 007.180.760-87	Walter Alfredo Loose CPF – 060.649.730-72
Ruy Knorr CPF – 065.130.260-91	Lars Knorr CPF – 594.507.970-72
Eduardo Knorr CPF – 543.366.780-49	Herbert Knorr CPF - 065.405.119-49
Udo Carlos Loose CPF - 187.430.480-72	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE  
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REGULATÓRIAS**

**Ilmos. Srs.**

**Diretores e Acionistas de**

**HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A**

**PANAMBI-RS**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A**, as quais compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, do resultado regulatório abrangente, das mutações regulatórias do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa regulatórios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa de nº. 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações Contábeis Societárias**

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos em 29 de março do corrente ano relatório de auditoria independente separado e, sem modificação de opinião.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela ANEEL em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de abril de 2018.

  
**AUCON AUDITORES & CONSULTORES**  
**ASSOCIADOS S/S**  
CRC/RS N.º 4.414  
CNPJ N.º 07.794.284/0001-84

  
**JOSÉ ANTÔNIO GOMES MARQUES**  
CONTADOR CRC/RS N.º 51.223/0-8  
CPF N.º 449.121.370-49